

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1 Contexto operacional

A SLC Agrícola S.A., fundada em 1977, a seguir denominada como “controladora”, “SLC” ou “Companhia”, e suas controladas (conjuntamente referidas como “o Grupo”) têm como objeto social as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, álcool e seus derivados; e participação em outras sociedades.

A Companhia está sediada a rua Bernardo Pires, 128 na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Em 1º de setembro de 2012, a Companhia iniciou o cultivo da safra 2012/2013, operando com quatorze unidades de produção, com uma área plantada total de 280,4 mil hectares, entre áreas próprias e arrendadas de terceiros, localizadas em seis estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Piauí e Maranhão.

### 2 Políticas contábeis

#### a. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas

do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 06 de março de 2013.

**b. Base de mensuração**

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3 Políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**a. Conversão de moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

**b. Transações eliminadas na consolidação**

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**c. Reconhecimento da receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

### ***Venda de produtos***

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

#### **d. Estoques**

Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidas do grupo de ativo biológico para o grupo de estoques e mensurados pela média ponderada dos valores justos da colheita.

Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, embalagens e material de acondicionamento, peças de reposição e outros estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

A provisão para ajuste de estoque a valor de mercado, dos produtos agrícolas, é constituída quando o valor justo registrado no estoque for superior ao valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-lo.

#### **e. Ativo biológico**

Os ativos biológicos correspondem basicamente ao cultivo e plantio de soja, milho, algodão, trigo e café, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento em que atingem o ponto de colheita. Enquanto há apenas uma pequena transformação biológica e não se espera que o impacto da transformação do ativo biológico sobre o preço seja material o custo incorrido é considerado como sendo o valor justo do ativo biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, conforme descrito na nota explicativa 26, denominada “variação do valor justo dos ativos biológicos”.

Os ativos biológicos - soja, milho, algodão e trigo - são mantidos pelos gastos incorridos com a formação das safras até a pré-colheita, quando são avaliados pelo valor justo deduzidos dos custos estimados de venda. A Companhia entende que nesse momento existe uma transformação biológica significativa e o impacto da transformação do ativo biológico sobre o preço é material.

O ativo biológico “plantação de café” é mensurado pelo valor justo menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda. Por se tratar de uma cultura permanente, é classificado no grupo de ativos não circulantes.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Para reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos são utilizadas as seguintes premissas:

- i. Valorização:
  - Plantações de soja, milho, algodão e trigo - são mantidas ao custo histórico até a data da pré-colheita, quando são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda.
  - Plantações de café - são valorizadas por seu valor justo em função de sua projeção de produtividade e variações de preços.
- ii. Metodologia utilizada:
  - Plantações de soja, milho, algodão e trigo - Valorização de cada área de cultivo, nas datas da pré colheita, com base na área a ser colhida e na produtividade esperada.
  - Plantações de café - Projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento desses ativos biológicos.
- iii. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital (WACC) de aproximadamente 8,03% a.a., a qual é revisada periodicamente pela Administração. Os preços futuros foram estimados com base em cotação futura (*Nybot*) e os custos com base no plano de negócios (*bussines plan*) da Companhia. O tempo de vida médio dos pés de café considerado no estudo é de 15 anos.
- iv. Os preços dos ativos biológicos são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros.
- v. Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos.
- f. **Investimentos (Controladora)**  
Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor

recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

**g. Imobilizado**

**i. Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar os ativos nos locais e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

**ii. Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

**iii. Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terras e terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Correção e desenvolvimento do solo	5 anos
Prédios e benfeitorias	34,4 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos e instalações de escritório	7,5 anos
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	15 anos
Veículos	11 anos
Culturas permanentes	11,1 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

#### **h. Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil estimada para o período corrente e comparativo para *software* é de 5 anos.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía ativos intangíveis com vida útil indefinida, bem como ativos intangíveis gerados internamente.

**i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**i. Ativos financeiros (*incluindo recebíveis*)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sob condições que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

*Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

**ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (a “unidade geradora de caixa ou UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes o UGCs são inicialmente alocadas na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro-rata*.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

#### **j. Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Os Governos dos Estados do Mato Grosso do Sul por intermédio do Decreto nº 9.542/99 e do Mato Grosso, por intermédio do Decreto nº 1.261/00, concederam incentivos para diferimento de débitos de ICMS através da adesão da Fazenda Planalto ao programa Fundersul (Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul) e das Fazendas Planorte e Paiaguás ao programa FETHAB (Fundo de Transporte e Habitação).

Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Decreto no 9.716/99, e de Goiás através da Lei Estadual nº 13.506/99, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 50% a 75% através da adesão da Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul), e da Fazenda Pamplona ao programa PROALGO (Goiás). Os créditos presumidos são registrados no resultado na rubrica de impostos sobre vendas em contrapartida à rubrica de impostos a recuperar.

O Estado do Mato Grosso, até dezembro de 2011, por intermédio do decreto no 1.589/97, concedia incentivo de crédito presumido de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 75% através da adesão das Fazendas Planorte e Paiaguás ao programa PROALMAT. Os créditos presumidos eram registrados ao resultado na rubrica de impostos sobre vendas em contrapartida à rubrica de impostos a recuperar. A partir de janeiro de 2012, em atendimento ao decreto 899/11, as fazendas não mais usufruem deste incentivo.



A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (atual Agência do Desenvolvimento da Amazônia - ADA), por intermédio do Ato Declaratório DCI/DAI/SUDAM nº 025/2000, concedeu incentivo fiscal de IRPJ às Fazendas Parnaíba e Planorte, com redução do IRPJ e adicionais não restituíveis de 75% sobre o lucro da exploração das operações com algodão e caroço de algodão, até o limite de produção estipulado no Ato Declaratório. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de IRPJ a Recolher em contrapartida a resultado na rubrica de imposto de renda corrente.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (atual Agência do Desenvolvimento da Amazônia - ADA), por intermédio do Ato Declaratório DCI/DAI/SUDAM nº 025/2000, concedeu incentivo fiscal de IRPJ às Fazendas Parnaíba e Planorte, com redução do IRPJ e adicionais não restituíveis de 75% sobre o lucro da exploração das operações com algodão e caroço de algodão, até o limite de produção estipulado no Ato Declaratório. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de IRPJ a Recolher em contrapartida a resultado na rubrica de imposto de renda corrente.

#### **k. Impostos**

##### ***Imposto de renda e contribuição social***

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, e que para a atividade rural é de até 100% do lucro real anual, e que nas demais atividades esta limitada a 30% do lucro real anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (*joint venture*) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.
- Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas, se aplicável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### ***Impostos sobre vendas***

Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do tem de despesa, conforme o caso
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<b>Alíquotas</b>
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 17,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – Funrural	2,85%

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

## **I. Instrumentos financeiros**

### ***i. Ativos financeiros não derivativos***

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e caixa e equivalentes de caixa.

#### *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

**ii. *Passivos financeiros não derivativos***

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expira.

O grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuos e arrendamentos com partes relacionadas, títulos a pagar e outras contas a pagar.

**iii. *Capital social***

*Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

*Dividendos*

O estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Desta forma, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído.

*Recompra de ações (ações em tesouraria)*

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total.

Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou o déficit resultantes são transferidos para os/dos lucros acumulados.

**iv. *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge***

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, o Grupo formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. O Grupo faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80 % a 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo.

#### *Hedges de fluxos de caixa*

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam apenas operações classificadas na categoria de *hedge* de fluxo de caixa

**m. Arrendamentos mercantis**

**i. Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

**ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento**

No começo de um contrato o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a.** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado
- b.** O contrato contém direito de utilização do ativo.

O Grupo separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o Grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental do Grupo) e redução do passivo em aberto.

**n. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

*Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**o. Pagamento baseado em ações**

A Companhia possui Plano de Opções de Ações para diretores e gerentes, sob a administração de um comitê gestor, criado pelo Conselho da Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 a Companhia mensurou e reconheceu estes benefícios como despesa de acordo com o CPC 10 (IFRS 2). Detalhamentos dos programas da Companhia se encontram na nota explicativa 23.

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

**p. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**q. Lucro por ação**

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O cálculo do lucro diluído por ação é a divisão do lucro líquido do exercício ajustado por quaisquer dividendos ou outros itens relacionados com ações ordinárias potenciais diluidoras que tenham sido deduzidas para apurar o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia, qualquer participação reconhecida no período relacionada com as ações ordinárias potenciais diluidoras, e quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras pelo número médio ponderado de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. (nota explicativa 18.h)

**r. Benefícios a empregados**

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário),

remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opção de ações para diretores e gerentes. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

**s. Informação por segmento**

A Companhia concentra suas atividades na produção e comercialização de produtos agrícolas (soja, milho, trigo, algodão e café) e na aquisição e desenvolvimento de terras para agricultura, desta forma está organizada em dois segmentos de negócio: produção agrícola e terras. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho.

Os produtos da Companhia não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Não existem agregação de segmentos operacionais.

**t. Demonstrações de valor adicionado**

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

**u. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)***

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados com base no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A Companhia não espera que esta alteração cause impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.



**IFRS 10 Consolidated Financial Statements (Demonstrações Financeiras Consolidadas) (CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas), IFRS 11 Joint Arrangements (Negócios em conjunto) (CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto) e IFRS 12 Disclosure of Interests in Other Entities (Divulgação de Participações em Outras Entidades) (CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades)**

O IFRS 10 / CPC 36(R2) introduz um modelo de controle único para determinar se um investimento deveria ser consolidado. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o IFRS 11 / CPC 19(R2), a estrutura de um negócio em conjunto, embora ainda seja uma consideração importante, não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio em conjunto e, consequentemente, da contabilização subsequente.

- A participação do Grupo em uma operação em conjunto, que é um acordo no qual as partes tem direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, será contabilizada com base na participação do Grupo sobre esses ativos e passivos.
- A participação do Grupo em um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*), que é um acordo no qual as partes tem direitos sobre os ativos líquidos, será registrado por equivalência patrimonial.

O IFRS 12 / CPC 45 consolida em uma única norma todos os requerimentos de divulgação sobre a participação de uma entidade em controladas, negócios em conjunto, coligadas e entidades estruturadas não consolidadas. O IFRS 12 / CPC 45 requer a divulgação da informação sobre a natureza, riscos e efeitos financeiros dessas participações.

Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

**IFRS 13 Fair Value Measurement (Mensuração do Valor Justo) (CPC 46 – Mensuração do Valor Justo)**

O IFRS 13 / CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispensada em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. O Grupo está atualmente revisando sua metodologia de determinação de valor justo (veja nota explicativa 4). O IFRS 13 / CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

## **4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

### **a. Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

**b. Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

**i. *Transações com pagamentos baseados em ações***

O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 23.

**ii. *Impostos***

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

**iii. *Valor justo de instrumentos financeiros***

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**iv. *Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis***

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

**i. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (nota 3.i.i)**

**ii. Valor justo de ativos biológicos (nota 3.e)**

iii. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 3.n).

**c. Mudança nas políticas contábeis**

*Apresentação do lucro líquido do exercício entre controladora e consolidado*

Em 31 de dezembro de 2011 houve a apresentação de diferenças entre o lucro líquido da controladora e o lucro líquido do consolidado referentes a ganhos ou perdas não realizados com operações de *hedge* contratadas pela controladora e/ou controladas, com a finalidade de proteção das operações no nível consolidado e não necessariamente na entidade que contratou o instrumento.

A Companhia vinha mantendo esta diferença entre o lucro líquido da controladora e do consolidado em razão do fato de que a documentação e a análise de efetividade para aplicação do modelo de contabilidade de *hedge* é preparado apenas no nível consolidado.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia alterou tal política e eliminou qualquer diferença entre o lucro líquido da controladora e do consolidado por entender que esta forma de apresentação trás aprimoramento das demonstrações financeiras da controladora, fundamentada no fato de que os efeitos tanto dos instrumentos de *hedge* quanto dos itens protegidos estão integralmente reconhecidos nas demonstrações da controladora, seja de maneira direta ou pela aplicação do método de equivalência patrimonial, que constitui, em essência, uma forma simplificada de consolidação.

Assim, a Companhia alterou sua política contábil quanto à apresentação do lucro líquido do exercício entendendo que para efeitos de demonstrações financeiras individuais, a Companhia está sujeita à mesma exposição que nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando, ainda, que as controladas cujos riscos protegidos são controladas integrais.

A mudança de tal política contábil teve um impacto não material sobre as demonstrações financeiras comparativas.

## 5 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

<b>Empresas</b>	<b>Controladas diretas%</b>	<b>Controladas indiretas%</b>	<b>Atividade principal</b>	<b>Localização</b>
Fazenda Planorte				
Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100	-	Cultura de algodão, soja e milho.	Mato Grosso - MT
Fazenda Paiaguás				
Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100	-	Cultura de algodão, soja e milho.	Mato Grosso - MT
Fazenda Parnaíba				
Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100	-	Cultura de algodão, soja e milho.	Maranhão - MA
Fazenda Perdizes				
Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100	-	Cultura de algodão, soja e milho.	Mato Grosso - MA
SLC Empreendimentos e			Arrendamento de terras de	Rio Grande do Sul -
Agricultura Ltda.	85,15	14,85	cultura.	RS
SLC Agrícola Pejuçara Ltda.	86,93	13,07	Cultura de algodão, soja e milho.	Mato Grosso - MT
			Compra e venda, arrendamento,	
SLC LandCo Empreendimentos			construção e administração de	Rio Grande do Sul -
Agrícolas Ltda.	-	89,23	imóveis.	RS
Fazenda Planeste			Compra e venda, arrendamento,	Rio Grande do Sul -
Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	89,23	construção e administração de	RS

<b>Empresas</b>	<b>Controladas diretas%</b>	<b>Controladas indiretas%</b>	<b>Atividade principal</b>	<b>Localização</b>
Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda	-	89,23	imóveis. Compra e venda, arrendamento, construção e administração de imóveis.	Rio Grande do Sul - RS
Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	89,23	Compra e venda, arrendamento, construção e administração de imóveis.	Rio Grande do Sul - RS
Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	100	Compra e venda, arrendamento, construção e administração de imóveis.	Rio Grande do Sul - RS
Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	100	Compra e venda, arrendamento, construção e administração de imóveis.	Rio Grande do Sul - RS

O período das informações anuais das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações de curto prazo

Modalidade	Rendimentos	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Disponibilidades	-	<b>511</b>	23.110	<b>199</b>	46.314
CDB-DI	100,5% do CDI*	<b>28.273</b>	20.092	<b>82.930</b>	39.819
Operação compromissada	99,11% do CDI*	<b>14.590</b>	34.072	<b>73.196</b>	42.952
Fundo de Investimento CP	99,7% do CDI*	<b>485</b>	969	<b>485</b>	969
Outras aplicações	-	<b>298</b>	280	<b>436</b>	409
		<b>44.157</b>	78.523	<b>157.246</b>	130.463
Caixa e Equivalentes de Caixa		<b>30.799</b>	75.426	<b>143.888</b>	127.357
Aplicações Financeiras CP		<b>13.358</b>	3.097	<b>13.358</b>	3.106

(\*) Rendimento médio em 31 de dezembro de 2012.

As aplicações financeiras estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários, operações compromissadas (debêntures) e Fundos de Investimento de curto prazo, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro 2012, não excedendo o valor de negociação.

As aplicações de curto prazo são compostas por operações compromissadas com prazo superior a 90 dias e carência para resgate em dezembro de 2012, títulos de capitalização e CDBs com prazo de resgate inferior à 365 dias e vinculados à reciprocidade de manutenção de saldos em contrapartida de liberação de empréstimos.

A exposição do grupo a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 21.

## 7 Contas a receber de clientes

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Mercado interno	<b>10.360</b>	7.561	<b>12.437</b>	15.246
Mercado externo	<b>26.189</b>	21.011	<b>42.834</b>	39.089
Total	<b>36.549</b>	28.572	<b>55.271</b>	54.335

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam títulos cujo recebimento seja considerado incerto e que estejam vencidos e, portanto não constituiu provisão para devedores duvidosos.

A exposição do grupo a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na nota 21.

## 8 Estoques

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Produtos agrícolas	<b>103.604</b>	119.533	<b>166.531</b>	173.895
Produtos agrícolas - custos de formação	<b>106.150</b>	88.025	<b>156.581</b>	125.229
Produtos agrícolas - ajuste ao valor justo do ativo biológico	<b>(2.546)</b>	31.508	<b>9.950</b>	48.666
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	<b>129.038</b>	138.195	<b>200.182</b>	200.671
Embalagens e material de acondicionamento	<b>5.227</b>	3.441	<b>7.199</b>	5.861
Pecas de reposição	<b>2.950</b>	4.056	<b>4.225</b>	5.349
Adiantamentos a fornecedores	<b>9.851</b>	11.015	<b>29.217</b>	22.361
Outros estoques	<b>2.752</b>	3.304	<b>4.902</b>	3.697
Provisões para ajuste de estoque	<b>(4.285)</b>	(801)	<b>(4.437)</b>	(804)
Perdas em estoque	-	(319)	-	(614)
	<b>249.137</b>	278.424	<b>407.819</b>	410.416

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou provisão para ajuste a valor de mercado e reverteu provisão para perdas em estoque, sendo a movimentação conforme segue:

Provisão ajuste a valor de mercado:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(801)	(804)
Constituição de provisão	(43.286)	(52.294)
(-) Reversão de provisão	39.802	48.661
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	<b>(4.285)</b>	<b>(4.437)</b>

Perdas em estoques:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(319)	(614)
Constituição de provisão	-	-
(-) Reversão de provisão	319	614
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	-	-

## 9 Ativo biológico

	<b>Controladora</b>						Não
	Circulante						Circulante
	Outras					Total	Café
	Soja	Algodão	Milho	Café	Culturas		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	44.849	96.984	18.198	3.270	2.440	165.741	14.925
Gastos com plantio	130.762	304.467	50.302	5.371	6.506	497.408	-
Variação do valor justo	27.360	(13.685)	11.531	-	(22)	25.184	(2.044)
Colheita do produto agrícola	(133.002)	(308.856)	(57.290)	(6.931)	(5.457)	(511.536)	(6.862)
<b>Saldos em 31 de dezembro 2012</b>	<b>69.969</b>	<b>78.910</b>	<b>22.741</b>	<b>1.710</b>	<b>3.467</b>	<b>176.797</b>	<b>6.019</b>
Ativo Biológico - Custos de Formação	67.659	80.206	22.741	1.710	3.467	175.783	
Ativo Biológico - Ajuste ao Valor Justo	2.310	(1.296)	-	-	-	1.014	

  

	<b>Consolidado</b>						Não
	Circulante						Circulante
	Outras					Total	Café
	Soja	Algodão	Milho	Café	Culturas		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	96.273	142.603	20.308	3.221	2.367	264.772	14.925
Gastos com plantio	224.717	436.225	75.042	5.380	6.421	747.785	-
Variação do valor justo	82.304	17.637	26.794	-	(22)	126.713	(2.044)
Colheita do produto agrícola	(258.316)	(472.553)	(92.610)	(6.931)	(5.456)	(835.866)	(6.707)
<b>Saldos em 31 de dezembro 2012</b>	<b>144.978</b>	<b>123.912</b>	<b>29.534</b>	<b>1.670</b>	<b>3.310</b>	<b>303.404</b>	<b>6.174</b>
Ativo Biológico - Custos de Formação	125.096	118.819	29.534	1.670	3.310	278.429	
Ativo Biológico - Ajuste ao Valor Justo	19.882	5.093	-	-	-	24.975	

Os saldos de culturas em formação estão substancialmente representados pelos gastos incorridos com a formação das safras tais como: sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada nas culturas.

As culturas de soja, milho e algodão ocorrem, normalmente, nos seguintes períodos:

Unidade	Localização	Culturas		
		Soja	Algodão	Milho
Fazenda Planalto	Costa Rica-MS	20/ 09 a 25/03	05/12 a 15/08	25/01 a 10/07
Fazenda Paiaguás	Diamantino-MT	20/ 09 a 15/03	10/12 a 15/08	25/01 a 10/07
Fazenda Pejuçara	Diamantino-MT	20/ 09 a 15/03	10/12 a 15/08	25/01 a 10/07
Fazenda Planorte	Sapezal-MT	20/ 09 a 10/03	15/12 a 15/08	25/01 a 10/07
Fazenda Pampalona	Cristalina-GO	15/ 10 a 15/04	05/11 a 15/08	15/10 a 15/07
Fazenda Parnaíba	Tasso Fragoso-MA	15/ 10 a 15/04	15/12 a 10/08	15/10 a 15/07
Fazenda Planeste	Balsas-MA	20/ 09 a 15/04	20/12 a 15/08	20/09 a 15/07
Fazenda Panorana	Correntina-BA	15/ 10 a 30/04	20/12 a 05/10	15/10 a 15/07
Fazenda Piratini	Jaborandi-BA	15/ 10 a 30/04	20/11 a 10/08	15/10 a 15/07
Fazenda Palmares	Barreiras-BA	15/ 10 a 30/04	20/11 a 10/08	15/10 a 15/07
Fazenda Parceiro	Formosa do Rio Preto -BA	15/ 10 a 30/04	20/11 a 15/08	15/10 a 15/07
Fazenda Paineira	Monte Alegre do Piauí -PI	15/ 10 a 15/04	Não planta	15/10 a 15/07
Fazenda Perdizes	Porto dos Gaúchos - MT	20/ 09 a 15/03	Não planta	25/01 a 10/07
Fazenda Parnaguá	Santa Filomena-PI	15/ 10 a 15/04	Não planta	15/10 a 15/07

A seguir detalhamos as áreas realizadas no ano safra 2011/12:

	Soja	Algodão	Milho	Outras Culturas <sup>2</sup>	Total
Área em hectares	114.158	95.271	35.166	3.239	247.834

Áreas previstas<sup>1</sup> para cultivo para o ano safra 2012/13:

	Soja	Algodão	Milho	Outras Culturas <sup>2</sup>	Total
Área em hectares	150.955	76.288	47.598	5.594	280.435

- (1) Até o término do plantio a área de planejamento agrícola poderá alterar o plano de plantio em decorrência de intempéries climáticas.
- (2) A outras culturas compreendem as culturas de café, trigo, milho semente e cana de açúcar.

## 10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda	2.034	7.310	15.102	21.725
Contribuição social	31	19	8.057	6.913
ICMS	29.918	21.007	37.908	27.990
COFINS	13.229	2.765	28.832	12.612
PIS	2.873	601	6.606	3.085
IRRF a recuperar	1.432	1.655	2.114	1.839
Outros	411	411	488	477
	49.928	33.768	99.107	74.641
(-) parcela classificada no ativo circulante	(45.972)	(30.095)	(94.188)	(69.701)
Parcela classificada no ativo não circulante	3.956	3.673	4.919	4.940

### **Imposto de renda e contribuição social**

Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, os quais serão realizados mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

### **ICMS, PIS e COFINS a compensar/recuperar**

Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia e de suas controladas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. A Administração da Companhia estima que os saldos existentes em 31 de dezembro de 2012 serão realizados no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.

### **IRRF a recuperar**

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. Esses créditos são realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

## **11 Investimentos**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Participações em controladas	<b>1.702.954</b>	1.523.663	-	-
	<b>1.702.954</b>	1.523.663	-	-

Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, estão demonstrados no quadro a seguir:

	<b>Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.</b>	<b>Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.</b>	<b>Fazenda Palaguás Emp. Agr. Ltda.</b>	<b>SLC Agrícola Pejuçara Ltda. (2)</b>	<b>Fazenda Perdizes Emp. Agr. Ltda.</b>	<b>SLC Empreend. e Agric. Ltda. (1) e (2)</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Ativo circulante	106.454	99.843	144.566	71.978	17.716	62.771		
Ativo não circulante	293.938	275.969	227.000	15.494	7.791	1.492.426		
Passivo circulante	81.548	74.921	115.909	32.591	11.795	86.709		
Passivo não circulante	90.153	82.301	33.511	5.485	2.180	287.198		
Receitas	157.669	137.736	172.332	58.811	1.477	76.764		
Despesas	(136.018)	(125.749)	(148.505)	(47.201)	(1.444)	(92.828)		
Capital social	45.650	57.050	40.010	26.456	11.498	373.285		
Patrimônio líquido	228.690	218.591	222.146	49.395	11.532	1.111.136		
Lucro(Prejuízo) líquido do período	21.651	11.987	23.827	11.610	33	(16.064)		
Quantidade de ações/quotas do capital social								
Ações ordinárias (mil)	5.353	11.506	44.517	46.542	100	-		
Percentual de participação (%)	100%	100%	100%	89,25%	100%	88,01%		
Saldos iniciais	206.706	205.460	212.178	27.290	-	872.029	<b>1.523.663</b>	1.364.105
Integralização de capital	-	-	-	5.709	11.499	92.677	<b>109.885</b>	115.027
Valor justo atribuído	-	-	1.278	-	-	9.388	<b>10.666</b>	-
Ganhos (Perda) não realizados com instrumentos de hedge	333	1.144	4.435	609	-	-	<b>6.521</b>	(12.501)
Ganhos (Perda) de capital em Investimentos	-	-	(19.572)	115	-	17.955	<b>(1.502)</b>	(238)
Resultado da equivalência patrimonial	21.651	11.987	23.827	10.362	33	(14.139)	<b>53.721</b>	57.270
Saldos finais	228.690	218.591	222.146	44.085	11.532	977.910	<b>1.702.954</b>	1.523.663



- (1) O patrimônio líquido foi ajustado no valor de R\$24.037 e o lucro líquido no valor de R\$10.251, referentes a resultados não realizados entre as Companhias, líquido dos efeitos tributários.
- (2) A companhia possui controle de 100% da empresa SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda. e da empresa SLC Agrícola Pejuçara Ltda através da controlada Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas S.A.

Em 01 de maio de 2012, foi firmado Contrato de Subscrição de Ações e Outras Avenças com o fundo de investimento Valiance Asset Management Limited (Valiance), visando a criação de parceria de longo prazo para investimento e desenvolvimento de terras agricultáveis no Brasil. Os recursos captados serão utilizados na aquisição, construção de infraestrutura e transformação do uso do solo. A Companhia arrendará as áreas disponíveis para plantio em termos normalmente praticados na região onde se localizam as terras da SLC Landco (nota explicativa 13.c).

Em 02 de agosto de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária na controlada indireta SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A., para a emissão de 16.813.619 ações preferenciais para a integralização de capital da Valiance. Com esta integralização a participação (indireta) da Companhia na SLC LandCo passou a ser de 89,23%. A parcela de integralização prevista para 31 de dezembro de 2012, conforme comunicado publicado ao mercado em 02 de agosto de 2012, foi postergada, de comum acordo entre as partes contratantes, em decorrência das condições do mercado de terras no Brasil, que inviabilizaram a aquisição de novas áreas até o período findo em 31 de dezembro de 2012.

## 12 Imobilizado

### Controladora

	Saldo em				Saldo em
<b>Custo do imobilizado bruto</b>	2011	Aquisições	Baixas	Transferências	<b>2012</b>
Terras de cultura	6.069	-	-	-	<b>6.069</b>
Correção e desenvolvimento do solo	181.319	54.744	(8.975)	(3)	<b>227.085</b>
Prédios e benfeitorias	68.465	1.238	(1.264)	9.452	<b>77.891</b>
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	320.528	48.794	(20.580)	3.254	<b>351.996</b>
Veículos	16.347	3.830	(1.206)	(513)	<b>18.458</b>
Móveis e utensílios	7.437	1.065	(36)	69	<b>8.535</b>
Equipamentos e instalações de escritório	3.625	792	(80)	-	<b>4.337</b>
Culturas permanentes	142	630	(64)	539	<b>1.247</b>
Adiantamento a fornecedores	13.113	-	(4.852)	-	<b>8.261</b>
Obras em andamento	11.886	18.008	(1.543)	(12.798)	<b>15.553</b>
<b>Total</b>	<b>628.931</b>	<b>129.101</b>	<b>(38.600)</b>	<b>-</b>	<b>719.432</b>

  

	Saldo em				Saldo em
<b>Depreciação</b>	2011	Depreciação	Baixas	Transferências	<b>2012</b>
Correção e desenvolvimento do solo	90.012	36.803	(3.568)	-	<b>123.247</b>
Prédios e benfeitorias	4.965	2.370	(28)	-	<b>7.307</b>
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	93.508	30.558	(9.266)	-	<b>114.800</b>
Veículos	7.598	1.775	(877)	-	<b>8.496</b>
Móveis e utensílios	1.378	656	(15)	-	<b>2.019</b>
Equipamentos e instalações de escritório	2.199	439	(75)	-	<b>2.563</b>
<b>Total</b>	<b>199.660</b>	<b>72.601</b>	<b>(13.829)</b>	<b>-</b>	<b>258.432</b>

<b>Valor residual líquido</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Terras de cultura	6.069	<b>6.069</b>
Correção e desenvolvimento do solo	91.307	<b>103.838</b>
Prédios e benfeitorias	63.500	<b>70.587</b>
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	227.020	<b>237.195</b>
Veículos	8.749	<b>9.961</b>
Móveis e utensílios	6.059	<b>6.516</b>
Equipamentos e instalações de escritório	1.426	<b>1.773</b>
Culturas permanentes	142	<b>1.247</b>
Adiantamento a fornecedores	13.113	<b>8.261</b>
Obras em andamento	11.886	<b>15.553</b>
<b>Total</b>	<b>429.271</b>	<b>461.000</b>

## Consolidado

	Saldo em				Saldo em
<b>Custo do imobilizado bruto</b>	2011	Aquisições	Baixas	Transferências	<b>2012</b>
Terras de cultura	1.828.195	1.950	(4.274)	2	<b>1.825.873</b>
Correção e desenvolvimento do solo	271.616	64.650	(219)	(2)	<b>336.045</b>
Prédios e benfeitorias	186.470	2.248	(22)	12.607	<b>201.303</b>
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	535.841	61.866	(20.830)	3.498	<b>580.375</b>
Veículos	25.708	6.758	(1.515)	(342)	<b>30.609</b>
Móveis e utensílios	8.992	1.583	(61)	93	<b>10.607</b>
Equipamentos e instalações de escritório	8.658	1.220	(87)	-	<b>9.791</b>
Culturas permanentes	4.347	682	(485)	541	<b>5.085</b>
Adiantamento a fornecedores	15.191	104	(5.633)	-	<b>9.662</b>
Obras em andamento	13.009	23.172	(2.348)	(16.397)	<b>17.436</b>
<b>Total</b>	<b>2.898.027</b>	<b>164.233</b>	<b>(35.474)</b>	<b>-</b>	<b>3.026.786</b>

	Saldo em				Saldo em
<b>Depreciação</b>	2011	Depreciação	Baixas	Transferências	<b>2012</b>
Correção e desenvolvimento do solo	143.071	50.945	(4.132)	-	<b>189.884</b>
Prédios e benfeitorias	30.341	5.333	(28)	-	<b>35.646</b>
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	158.510	44.557	(16.372)	-	<b>186.695</b>
Veículos	11.720	2.651	(1.160)	-	<b>13.211</b>
Móveis e utensílios	2.032	804	(24)	-	<b>2.812</b>
Equipamentos e instalações de escritório	3.016	840	(83)	-	<b>3.773</b>
Culturas permanentes	-	194	-	-	<b>194</b>
<b>Total</b>	<b>348.690</b>	<b>105.324</b>	<b>(21.799)</b>	<b>-</b>	<b>432.215</b>

<b>Valor residual líquido</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Terras de cultura	1.828.195	<b>1.825.873</b>
Correção e desenvolvimento do solo	128.545	<b>146.161</b>
Prédios e benfeitorias	156.129	<b>165.660</b>
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	377.331	<b>393.678</b>
Veículos	13.988	<b>17.399</b>
Móveis e utensílios	6.960	<b>7.795</b>
Equipamentos e instalações de escritório	5.642	<b>6.016</b>
Culturas permanentes	4.347	<b>4.891</b>
Adiantamento a fornecedores	15.191	<b>9.662</b>
Obras em andamento	13.009	<b>17.436</b>
<b>Total</b>	<b>2.549.337</b>	<b>2.594.571</b>

Em 31 de dezembro de 2012 as obras em andamento estavam substancialmente representadas pela construção das unidades de armazenagem nas fazendas Parnaíba, Paiaguás e Panorama no valor de R\$ 6.702, melhorias no prédio da algodoeira nas fazendas Planeste, Paiaguás, Pejuçara, Planalto, Panorama, Pamplona, e Palmares no valor de R\$ 1.053 e obras de infra-estrutura (alojamento, benfeitorias, estradas, depósitos, etc.) no valor de R\$ 8.465. O valor de juros que foram capitalizados às obras em andamento no período de 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 1.073 (R\$ 2.022 em 31 de dezembro de 2011). A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização foi de aproximadamente 2,8% a.a.

Em 31 de dezembro de 2012, existiam imobilizados dados em garantia à empréstimos bancários no valor de R\$ 340.039 (R\$ 413.422 em 31 de dezembro de 2011).

### 13 Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes:

#### a. Saldos com partes relacionadas

*Saldos a receber com partes relacionadas*

	Outras contas a receber		Mútuos a receber		Adiantamento para futuro aumento de capital		Total contas a receber	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>Controladas diretamente</b>								
Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda	-	-	3	-	-	-	3	-
Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda	345	3.610	739	17.289	-	-	1.084	20.899
Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda	2.153	142	31	5	-	-	2.184	147
SLC Agrícola Pejuçara Ltda	1.691	186	1.011	-	-	-	2.702	186
SLC Agrícola Perdizes Ltda	616	-	-	-	-	-	616	-
SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda	6.989	16.399	-	-	2.162	1.347	9.151	17.746
<b>Controladas indiretamente</b>								
SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas Ltda	4	-	-	75	-	-	4	75
Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda	-	-	-	1	-	-	-	1
<b>Controladora</b>								
SLC Participações S.A.	4	2	-	-	-	-	4	2
<b>Total</b>	<b>11.802</b>	<b>20.339</b>	<b>1.784</b>	<b>17.370</b>	<b>2.162</b>	<b>1.347</b>	<b>15.748</b>	<b>39.056</b>

**SLC Agrícola S.A.**  
**Demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2012 e 2011**

*Saldos a pagar com partes relacionadas*

	Arrendamentos a pagar		Outras contas a pagar		Mútuos a pagar		Total a pagar	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>Controladas diretamente</b>								
Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda	-	-	228	-	-	2.728	228	2.728
SLC Agrícola Pejuçara Ltda	-	-	-	-	-	4	-	4
<b>Controladas indiretamente</b>								
SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda	7.415	-	-	-	-	-	7.415	-
Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda	3.502	2.267	-	-	-	-	3.502	2.267
Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda	4.456	3.195	-	-	-	-	4.456	3.195
Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda	1.446	467	-	-	-	-	1.446	467
Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda	751	-	-	-	-	-	751	-
Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda	585	-	-	-	-	-	585	-
<b>Outras partes relacionadas</b>	-	-	139	141	-	-	139	141
<b>Total</b>	<b>18.155</b>	<b>5.929</b>	<b>367</b>	<b>141</b>	<b>-</b>	<b>2.732</b>	<b>18.522</b>	<b>8.802</b>

A Companhia e suas controladas mantêm entre si contratos de mútuos, representados por conta corrente, cujo indexador é equivalente a 99% da variação nominal da taxa CDI-OVER, com vencimentos em prazos indeterminados.

A SLC Participações S.A. é o controlador final da Companhia. Não há transações relevantes com o controlador, exceto pagamento de dividendos.

**b. Transações com partes relacionadas**

	Vendas de Mercadorias/Produtos/Imobilizado	Custos de Arrendamentos	Compras de Mercadorias/Produtos	Receitas Financeiras - Juros e Variação Monetária	Despesas Financeiras - Juros e Variação Monetária
Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Saldo em 31/12/2012	-	-	15	42	-
Saldo em 31/12/2011	-	-	-	13	-
Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Saldo em 31/12/2012	907	-	468	276	-
Saldo em 31/12/2011	-	-	-	-	20
Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Saldo em 31/12/2012	1.027	-	208	67	2
Saldo em 31/12/2011	-	-	-	-	126
SLC Agrícola Pejuçara Ltda					
Saldo em 31/12/2012	15	-	12	3	-
SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda					
Saldo em 31/12/2012	-	29.819	-	26	332
Saldo em 31/12/2011	-	21.485	-	-	-
SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Saldo em 31/12/2012	-	-	-	4	-
Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Saldo em 31/12/2012	-	6.490	-	-	1.365
Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Saldo em 31/12/2012	-	8.679	-	-	1.969
Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Saldo em 31/12/2012	5.846	2.917	-	-	685
Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Saldo em 31/12/2012	-	793	-	-	-
Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda					
Saldo em 31/12/2012	-	726	-	-	-
<b>Total</b>					
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>7.795</b>	<b>49.424</b>	<b>703</b>	<b>418</b>	<b>4.353</b>
Saldo em 31/12/2011	-	21.485	-	13	146

**c. Contrato de arrendamento**

O contrato de arrendamento rural tem por objeto a entrega das terras, instalações e demais bens pelo arrendador para que o arrendatário explore a atividade agrícola através do cultivo de algodão, soja, milho, sorgo, café, feijão e ervilha em contraprestação a um valor a título de preço de arrendamento.

A partir de 2 de janeiro de 2011, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda e suas controladas por um prazo indeterminado, podendo ser revisado a qualquer tempo, caso ocorram alterações de mercado que inviabilizem o seu equilíbrio e onerem excessivamente uma das partes.

A partir de 01 de setembro de 2012, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada (indiretamente) SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. e suas controladas, por um prazo mínimo de 20 anos.

Em 31 de dezembro de 2012, o preço anual do arrendamento, referente à safra 2012/13, pode ser assim demonstrado:

<b>Fazenda</b>	<b>Valor</b>
Fazenda Planalto	R\$ 7.795
Fazenda Pampalona	R\$ 6.522
Fazenda Planeste	R\$ 9.821
Fazenda Panorama	R\$ 7.989
Fazenda Piratini	R\$ 3.466
Fazenda Palmares	R\$ 7.902
Fazenda Paiaguás	R\$ 9.251
Fazenda Pejuçara	R\$ 1.287
Fazenda Paineira	R\$ 2.533
Fazenda Parceiro	R\$ 2.962
Fazenda Perdizes	R\$ 5.276
	<hr/> R\$ 64.804

O preço do arrendamento é pago anualmente, pelo seu valor em reais ou convertido pelo valor da cotação de balcão da saca de soja de cada região no dia do pagamento, conforme cláusula contratual. A fixação do preço da saca de soja deve ser estabelecido pelo arrendador com antecedência mínima de 15 dias, sem previsão de repactuação.

**d. Honorários da administração**

A Companhia considera como pessoal-chave da administração os Conselheiros não remunerados, os Conselheiros Independentes remunerados e os Diretores (estatutários e não estatutários).

Os administradores são remunerados na forma de pró-labore e salários, pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, é apresentado em rubrica específica na demonstração do resultado e está detalhada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Pró-labore	3.387	2.741	3.387	3.032
Gratificações	808	716	808	716
Encargos	1.088	700	1.088	784
Plano de opções de ações	1.765	2.802	1.765	2.802
Outros benefícios	16	4	16	28
<b>Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal</b>	<b>7.064</b>	<b>6.963</b>	<b>7.064</b>	<b>7.362</b>
Pró-labore	209	-	628	-
Gratificações	-	-	143	-
Encargos	42	-	196	-
Plano de opções de ações	33	-	33	-
Outros benefícios	-	-	3	-
<b>Diretoria Não Estatutária</b>	<b>284</b>	<b>-</b>	<b>1.003</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>7.348</b>	<b>6.963</b>	<b>8.067</b>	<b>7.362</b>

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

## 14 Empréstimos e financiamentos

Indexador	Taxas médias anuais de juros (%)		Controladora		Consolidado		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
<u>Aplicados no Imobilizado</u>							
Finame – BNDES	Pré e TJLP*	6,31%	6,42%	25.499	32.115	37.026	48.318
Fundos Constitucionais**	-	7,29%	6,75%	57.916	66.301	90.984	105.980
Financiamento de Investimento	US\$ e Libor***	5,74%	0,00%	21.276	-	21.276	-
				104.691	98.416	149.286	154.298
<u>Aplicados no Capital de giro</u>							
Crédito Rural	-	6,11%	6,75%	86.406	18.259	174.743	122.229
Fundos Constitucionais**	-	7,23%	6,75%	-	87.527	29.198	110.693
Capital de Giro	-	8,31%	0,00%	80.151	-	90.162	-
Empréstimos Externos	US\$, Libor + Pré	4,05%	2,80%	367.471	247.183	367.471	252.811
				534.028	352.969	661.574	485.733
				638.719	451.385	810.860	640.031
Parcela classificada no circulante				290.100	235.065	435.498	384.735
Parcela classificada no não circulante				348.619	216.320	375.362	255.296

(\*) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)

(\*\*) Para o cálculo do custo médio dos Fundos Constitucionais consideramos desconto 15% relativo ao bônus de adimplência incidente nessas operações.

(\*\*\*) Libor (*London Interbank Offer Rate*): Taxa de Juros cobrados pelos bancos de Londres, que serve como referência para a maioria dos empréstimos do sistema financeiro internacional.

Finame – BNDES – Linha de investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária ou penhor dos bens financiados e por aval da Companhia ou da SLC Participações S.A. As amortizações são realizadas em base mensal, trimestral, semestral ou anual, e se darão entre os períodos de 15/01/2013 a 15/11/2022.

Fundos Constitucionais – Linha de investimento e capital de giro do Fundo do Nordeste (FNE) e do Fundo do Centro-Oeste (FCO). São garantidos por avais da Companhia ou da SLC Participações S.A., e, em algumas operações, por penhor e por hipoteca de terras. A periodicidade das suas amortizações é anual ou semestral, com vencimentos entre os períodos de 01/01/2013 a 01/02/2018.

Financiamento de Investimento – Linha de investimento destinada a máquinas e equipamentos, a periodicidade das amortizações é semestral com vencimento final em 15/04/2017. Garantida por aval da SLC Participações S.A. e alienação fiduciária das máquinas objeto do financiamento.

Crédito Rural – Recursos destinados ao custeio e comercialização de safra, cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) elaborado pelo Banco Central do Brasil. São garantidos por aval da Companhia ou SLC Participações S.A., e, em algumas operações, pelo penhor da safra. A periodicidade das suas amortizações é anual, com vencimentos entre os períodos de 28/03/2013 e 30/10/2013.

Capital de Giro – Linha de curtíssimo-prazo em Reais, com a finalidade de suprir a necessidade de caixa, com vencimento final em 16/01/2013. Sem exigência de garantias.

Empréstimos Externos – Financiamento das exportações de longo-prazo: NCE (Nota de Crédito de Exportação) e PPE (Pré Pagamento de Exportação), periodicidade das suas amortizações é anual ou semestral, vencimento final em 09/04/2019. Garantidos por aval da Companhia ou SLC Participações S.A. com hipoteca de terras ou “*clean*”. Estes contratos prevêem o cumprimento de certos compromissos (“*covenants*”) aprovados pela SLC Agrícola (Liquidez Corrente, Participação de Capital de Terceiros, Dívida Financeira Líquida sobre o Ebitda e Liquidez de Caixa).

Anos de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2012	-	235.065	-	384.735
2013	<b>290.100</b>	77.184	<b>435.498</b>	94.244
2014	<b>109.633</b>	74.482	<b>124.793</b>	88.344
2015	<b>94.085</b>	45.181	<b>102.022</b>	52.050
2016	<b>64.112</b>	18.270	<b>66.249</b>	19.453
2017	<b>43.679</b>	247	<b>44.345</b>	247
2018	<b>19.109</b>	956	<b>19.775</b>	958
Após 2018	<b>18.001</b>	-	<b>18.178</b>	-
	<b>638.719</b>	451.385	<b>810.860</b>	640.031

A exposição do grupo ao risco de liquidez é divulgada na nota explicativa 21.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor dos empréstimos com penhor de safra na Companhia era de R\$45.960 (2011: não haviam valores) e no consolidado R\$69.132 (2011:R\$20.739).

A Companhia está em conformidade com as cláusulas de compromissos.

#### **Cláusulas contratuais de compromissos financeiros (*Covenants*)**

Os contratos classificados como “Empréstimos Externos”, anteriormente descritos, prevêem o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*) das datas base de encerramento de cada exercício social aplicáveis ao Grupo. Abaixo a descrição dos mesmos:

- i. Índice de liquidez corrente (AC/PC): ativo circulante dividido pelo passivo circulante consolidado, igual ou superior a 1,2x (um vírgula dois vezes)

- ii. Passivo total consolidado/ patrimônio líquido tangível: passivo total dividido pelo patrimônio líquido menos os ativos intangíveis do consolidado, igual ou inferior a 1,5x (um vírgula cinco vezes)
- iii. Alavancagem líquida consolidado (dívida líquida financeira total consolidado/EBITDA consolidado): empréstimos e financiamentos totais, menos a posição de caixa, bancos e "equivalentes de caixa", menos os investimentos de curto prazo, dividido pelo resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização dos últimos 12 (doze) meses, igual ou inferior a 4,0x (quatro vezes).
- iv. Liquidez de caixa consolidado: posição de caixa, bancos e "equivalentes de caixa" mais aplicações de curto prazo, igual ou superior a R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais).

## 15 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou provisão para contingências trabalhistas no valor de R\$1.311 (R\$ 2.101 no consolidado), R\$660 em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.338 consolidado), que referem-se a ações judiciais movidas por ex-funcionários, cuja probabilidade de perda foi apontada como provável por nossa assessoria jurídica. A provisão para contingência está registrada na rubrica de provisões trabalhistas e previdenciárias no passivo circulante. A Companhia possui o valor de R\$1.760 (R\$3.137 no consolidado), referente a processos trabalhistas cuja perda foi considerada como possível pela assessoria jurídica e, consequentemente, nenhuma provisão para estas ações foi registrada.

A Companhia identifica ainda a existência de processos ambientais cujo risco de perda, de acordo com sua assessoria jurídica, é possível para o valor de aproximadamente R\$8.131 na controladora e R\$8.447 no consolidado (R\$8.131 em 31 de dezembro de 2011 na controladora e R\$8.447 no consolidado), para os quais não há provisão contabilizada. Estes processos referem-se a ações movidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e pela Polícia Militar Ambiental, de Cassilândia - MS.

A seguir apresentamos a movimentação das provisões:

	Controladora		
	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	160	602	762
Novos processos/complementos e atualizações monetárias	-	445	445
(-) Reversões	-	(387)	(387)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	160	660	820
Novos processos/complementos e atualizações monetárias	-	709	709
(-) Reversões	-	(58)	(58)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	160	1.311	1.471



	Consolidado		
	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	160	694	854
Novos processos/complementos e atualizações monetárias	-	1030	1030
(-) Reversões	-	(386)	(386)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	160	1.338	1.498
Novos processos/complementos e atualizações monetárias	-	1.658	1.658
(-) Reversões	-	(895)	(895)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	160	2.101	2.261

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2009 provisão para contingência tributária no valor de R\$160 (controladora e consolidado), a título de honorários de sucumbência, referente a processo contra a união para declarar o direito de considerar o valor da BTNF ajustado segundo a variação do IPC ocorrida durante todo o ano de 1990, para efeito da correção monetária de suas demonstrações financeiras no período-base de 1990, cuja probabilidade de perda é provável segundo a assessoria jurídica. O valor do tributo possui depósito judicial.

A Companhia respeita e procura atender a todas as questões ambientais, legais ou não, e faz do respeito ao meio ambiente, colaboradores e demais partes interessadas um dos compromissos fundamentais do seu trabalho, combinando o emprego de técnicas agrícolas de vanguarda com a adoção de práticas voltadas à sustentabilidade. Estas ações tomam proporções maiores que o mero cumprimento da legislação, reforçada através do processo atual de implantação de um Sistema de Gestão Integrado - SGI, balizado nas normas ISO 14001:2004 (Gestão Ambiental), OHSAS 18001:2007 (Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional) e NBR 16001:2004 (Gestão da Responsabilidade Social).

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos.

## 16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados a seguinte natureza:

Descrição	Controladora					
	2012			2011		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Tributos da atividade não incentivada	138	-	138	138	-	138
Provisão para ajuste de estoque	1.071	386	1.457	200	72	272
Provisão para PPR	721	260	981	2.193	790	2.983
Provisão para perdas tributárias	500	180	680	500	180	680
Operações com derivativos	9.333	3.359	12.692	16.817	6.054	22.871
Outras	1.798	647	2.445	635	228	863
Prejuízos fiscais e base negativa	15.829	5.896	21.725	13.200	4.950	18.150
	29.390	10.728	40.118	33.683	12.274	45.957

**SLC Agrícola S.A.**  
**Demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2012 e 2011**

Passivos:

Depreciação incentivada atividade rural*	<b>51.423</b>	<b>18.512</b>	<b>69.935</b>	45.391	16.342	61.733
Ganho de barganha em aquisição de participação societária	<b>5.539</b>	<b>1.994</b>	<b>7.533</b>	5.539	1.994	7.533
Custo atribuído ativo imobilizado	<b>26.172</b>	<b>9.421</b>	<b>35.593</b>	28.823	10.376	39.199
Valor justo ativos biológicos	<b>1.122</b>	<b>404</b>	<b>1.526</b>	11.889	4.280	16.169
Capitalização de juros sobre empréstimos	<b>1.126</b>	<b>405</b>	<b>1.531</b>	898	324	1.222
Operações com derivativos	-	-	-	2.639	949	3.588
	<b>85.382</b>	<b>30.736</b>	<b>116.118</b>	95.179	34.265	129.444
Total líquido	<b>(55.992)</b>	<b>(20.008)</b>	<b>(76.000)</b>	(61.496)	(21.991)	(83.487)
Classificado no passivo não circulante	<b>(55.992)</b>	<b>(20.008)</b>	<b>(76.000)</b>	(61.496)	(21.991)	(83.487)

**Consolidado**

Descrição	2012			2011		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Tributos da atividade não incentivada	<b>138</b>	-	<b>138</b>	138	-	138
Provisão para ajuste de estoque	<b>1.109</b>	<b>400</b>	<b>1.509</b>	201	72	273
Provisão para PPR	<b>963</b>	<b>347</b>	<b>1.310</b>	3.142	1.133	4.275
Provisão para perdas tributárias	<b>500</b>	<b>180</b>	<b>680</b>	500	180	680
Provisão custo transação emissão ações	<b>1.549</b>	<b>557</b>	<b>2.106</b>	-	-	-
Operações com derivativos	<b>16.430</b>	<b>5.914</b>	<b>22.344</b>	26.993	9.717	36.710
Outras	<b>2.595</b>	<b>934</b>	<b>3.529</b>	3.359	376	3.735
Prejuízos fiscais e base negativa	<b>17.979</b>	<b>6.670</b>	<b>24.649</b>	13.305	4.988	18.293
	<b>41.263</b>	<b>15.002</b>	<b>56.265</b>	47.638	16.466	64.104
Passivos:						
Depreciação incentivada atividade rural*	<b>80.841</b>	<b>28.985</b>	<b>109.826</b>	72.161	25.845	98.006
Ganho de barganha em aquisição de participação societária	<b>5.647</b>	<b>2.033</b>	<b>7.680</b>	5.647	2.033	7.680
Custo atribuído ativo imobilizado	<b>277.300</b>	<b>100.568</b>	<b>377.868</b>	279.618	101.517	381.135
Valor justo ativos biológicos	<b>10.237</b>	<b>3.686</b>	<b>13.923</b>	20.376	7.335	27.711
Capitalização de juros sobre empréstimos	<b>1.674</b>	<b>602</b>	<b>2.276</b>	1.406	507	1.913
Operações com derivativos	-	-	-	478	172	650
Outras	<b>397</b>	<b>143</b>	<b>540</b>	2.639	949	3.588
	<b>376.096</b>	<b>136.017</b>	<b>512.113</b>	382.325	138.358	520.683
Total líquido	<b>(334.833)</b>	<b>(121.015)</b>	<b>(455.848)</b>	(334.687)	(121.892)	(456.579)
Classificado no ativo não circulante	<b>1.684</b>	<b>607</b>	<b>2.291</b>	105	38	143
Classificado no passivo não circulante	<b>(336.517)</b>	<b>(121.622)</b>	<b>(458.139)</b>	(334.792)	(121.930)	(456.722)

(\*) Conforme legislação tributária empresas de atividade agrícola podem se beneficiar da depreciação acelerada incentivada de seus investimentos na atividade agrícola.

A Companhia e suas controladas, baseadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O estudo técnico considera os investimentos e os incentivos de

redução de imposto de renda de até 75% sobre o lucro da exploração das fazendas localizadas em regiões incentivadas.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>2012</b>	-	33.615	-	49.054
<b>2013</b>	<b>37.449</b>	12.342	<b>49.984</b>	15.050
<b>2014</b>	<b>978</b>	-	<b>3.545</b>	-
<b>2015</b>	<b>1.691</b>	-	<b>2.736</b>	-
	<b>40.118</b>	45.957	<b>56.265</b>	64.104

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

### **Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais**

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

Conciliação da alíquota efetiva da controladora:

	<b>Controladora</b>			
	<b>2012</b>		<b>2011</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<b>36.617</b>	<b>36.617</b>	208.278	208.278
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	<b>(9.154)</b>	<b>(3.296)</b>	(52.070)	(18.745)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	<b>13.430</b>	<b>4.835</b>	14.318	5.154
Adições permanentes	<b>(1.542)</b>	<b>(555)</b>	(1.932)	(695)
Outros	<b>(1.640)</b>	<b>(590)</b>	240	69
Valor registrado no resultado	<b>1.094</b>	<b>394</b>	(39.444)	(14.217)
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		<b>1.488</b>		(53.661)
Impostos diferidos		<b>1.488</b>		(52.656)
Impostos correntes		-		(1.005)
Taxa efetiva		<b>4,1%</b>		-25,8%

Conciliação da alíquota efetiva do consolidado:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2012</b>		<b>2011</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<b>72.531</b>	<b>72.531</b>	241.179	241.179
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	<b>(18.133)</b>	<b>(6.528)</b>	(60.295)	(21.706)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Exclusões permanentes	<b>120</b>	<b>43</b>	414	149
Adições permanentes	<b>(4.619)</b>	<b>(1.663)</b>	(2.112)	(761)
Incentivos fiscais de controladas	<b>3.152</b>	-	2.839	-
Imposto de Renda e Contribuição social em empresas sobre regime de lucro presumido	<b>(351)</b>	<b>(140)</b>	770	277
Eliminação Lucro não realizado	<b>(2.876)</b>	<b>(1.036)</b>	(627)	(225)
Outros	<b>(1.479)</b>	<b>(591)</b>	107	(17)
Valor registrado no resultado	<b>(24.186)</b>	<b>(9.915)</b>	(58.904)	(22.283)
Total dos impostos e contribuições sobre a renda	<b>(34.101)</b>			<b>(81.187)</b>
Impostos diferidos		<b>(3.577)</b>		(60.482)
Impostos correntes		<b>(30.524)</b>		(20.705)
Taxa efetiva		<b>47,0%</b>		33,7%

### Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo, no consolidado, tem a sua movimentação demonstrada como segue:

	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Variação</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Variação</b>
Ativo diferido	-	-	-	143	2.291	2.148
Passivo diferido	(83.487)	(76.000)	7.487	(456.722)	(458.139)	(1.417)
			7.487			731
Reflexos no Patrimônio Líquido						
Operações com derivativos			6.000			2.639
Custo atribuído ativo imobilizado			3.606			3.267
			9.606			5.906
Reflexos no Resultado						
Operações com derivativos			(12.591)			(16.355)
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa			3.575			6.356
Depreciação acelerada incentivada			(8.202)			(11.820)
Valor justo ativos biológicos			14.643			13.788
Outros			456			2.856
			(2.119)			(5.175)

## 17 Títulos a pagar - Consolidado

A Companhia, por meio de suas controladas, possui contratos referentes a compra de terras, para seu uso e exploração. Estas aquisições normalmente são indexadas pela cotação da saca de soja na região em que o imóvel foi adquirido. Desta forma, os valores futuros mínimos serão normalmente estimados em quantidades de sacas de soja, na data de cada balanço.

A seguir demonstramos a movimentação desta rubrica:

	<b>Indexados em Dólar</b>	<b>Indexados em Sacas de Soja</b>	<b>Preço Fixo</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.351	149.027	92.003	242.381
Adições por aquisições de áreas	-	-	-	-
Pagamentos	(1.407)	(57.953)	(52.639)	(111.999)
Variação monetária ou cambial	56	51.696	-	51.752
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>-</b>	<b>142.770</b>	<b>39.364</b>	<b>182.134</b>
<b>(-) Parcela classificada no circulante</b>	<b>-</b>	<b>(55.919)</b>	<b>(39.364)</b>	<b>(95.283)</b>
<b>Parcela classificada no não circulante</b>	<b>-</b>	<b>86.851</b>	<b>-</b>	<b>86.851</b>

Os pagamentos mínimos futuros de títulos a pagar, são assim resumidos:

	<b>Consolidado</b>
Pagamentos a preço fixo	39.364
Pagamentos em até 1 ano	39.364
Pagamentos indexados a saca de soja	142.770
Pagamentos em até 1 ano	55.919
Pagamentos em mais de 1 ano e até 2 anos	56.693
Pagamentos em mais de 2 anos e até 3 anos	12.152
Pagamentos em mais de 3 anos e até 4 anos	12.152
Pagamentos em mais de 4 anos	5.854
	<b>182.134</b>

Os compromissos, em sacas de soja, são a seguir representados:

	<b>Consolidado</b>
Pagamentos em até 1 ano	1.023.202
Pagamentos em mais de 1 ano e até 2 anos	1.030.484
Pagamentos em mais de 2 anos e até 3 anos	212.009
Pagamentos em mais de 3 anos e até 4 anos	212.009
Pagamentos em mais de 4 anos	102.130
	<b>2.579.834</b>

## 18 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o Capital Social subscrito, no valor de R\$557.434 está representado por 98.897.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A seguir apresentamos como estão distribuídas as ações ordinárias nominativas entre os acionistas:

<b>Acionista</b>	<b>Número de Ações</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
SLC Participações S.A.	<b>50.469.371</b>	28.948.584
Evaux Participações S.A. <sup>1</sup>	-	21.520.787
Administradores	<b>5</b>	5
Ações em Tesouraria	<b>558.785</b>	1.407.585
Outros	<b>47.869.339</b>	47.020.539
Total ações do capital integralizado	<b>98.897.500</b>	98.897.500
(-) Ações em Tesouraria	<b>(558.785)</b>	(1.407.585)
Total de ações – ex-tesouraria	<b>98.338.715</b>	97.489.915

- (1) Em 08 de novembro de 2012 a acionista Evaux Participações S.A. foi incorporada por SLC Participações S.A., desta forma a SLC Participações S.A. passou a ser a acionista controladora da Companhia.

**b. Reserva de capital - Ágio na emissão de ações**

Representada pelos ágios recebidos nas ofertas públicas de ações ocorridas em junho de 2007 e junho de 2008 e pelo ágio na venda de ações em tesouraria realizados em conexão com os planos de opções de ações, deduzidos dos custos de emissões dessas ações (comissões, honorários e outras despesas), líquidos dos efeitos tributários em conformidade com o CPC 10 (IFRS 2).

**c. Ações em tesouraria**

A Companhia realizou aquisição de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior utilização no Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 23), conforme deliberação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 29 de outubro de 2008.

O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2012 é de R\$7.749 e está composto por 558.785 ações (R\$19.532 em 31 de dezembro de 2011, composto por 1.407.585 ações).

O ágio líquido na realização das ações em tesouraria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$1.051 (R\$431 em 31 de dezembro de 2011). O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação em bolsa, anterior à data de encerramento do exercício social foi de R\$10.924 (R\$19,55 por ação) em 31 de dezembro de 2012 e R\$21.086 (R\$14,98 por ação) em 31 de dezembro de 2011.

**d. Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social. Conforme previsão do Estatuto Social em seu artigo 35, alínea a, no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, desta forma, para o ano findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não constituiu reserva legal.

**e. Reserva para expansão**

De acordo com disposições do Artigo 194 da Lei 6.404/76 e do Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, será formada uma Reserva para Expansão com base no lucro que remanescer após

as deduções legais e estatutárias, com a finalidade de aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o valor do Capital Social.

Em 30 de abril de 2012, através de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a destinação do valor de R\$125.421 para Reserva de Expansão.

**f. Reserva de retenção de lucros**

O saldo em 31 de dezembro de 2012, refere-se ao saldo remanescente de resultados acumulados do exercício de 2007, que foi retido como reserva de retenção de lucros para a realização de novos investimentos, previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 de Lei das Sociedades por Ações.

**g. Dividendos**

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Em 30 de abril de 2012, através de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor total de R\$61.855, equivalente a 40% do lucro líquido ajustado, correspondendo a R\$0,634390 para cada ação ordinária, tendo como base o número total de ações (98.897.500) subtraído do número total de ações em tesouraria (1.393.309), os quais foram pagos em 15 de maio de 2012.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Lucro líquido do exercício	<b>38.105</b>	154.617
Apropriação da reserva legal	-	-
Base de cálculo dos dividendos propostos	<b>38.105</b>	154.617
Dividendo mínimo obrigatório	<b>9.526</b>	38.654
Dividendo adicional proposto	-	38.654
Dividendos propostos	<b>9.526</b>	77.308
Redução nos dividendos propostos aprovados	-	(15.452)
% sobre a base	<b>25%</b>	40%

**h. Lucro líquido por ação**

De acordo com o IAS 33/CPC 31 - "Lucro por ação", a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício do Consolidado e da Controladora com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do exercício (a)	38.105	154.617	38.105	159.992
<b>Denominador</b>				
Média ponderada do número de ações ordinárias (b)	98.338.715	97.489.915	98.338.715	97.489.915
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos (c)	<b>98.911.626</b>	98.247.760	<b>98.911.626</b>	98.247.760
<b>Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária (a/b)</b>	<b>0,38749</b>	1,58598	<b>0,38749</b>	1,64111
<b>Lucro (prejuízo) diluído por ação ordinária (a/c)</b>	<b>0,38524</b>	1,57375	<b>0,38524</b>	1,62845

## 19 Resultado financeiro

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Despesas financeiras:				
Juros passivos	<b>(32.741)</b>	(21.967)	<b>(45.881)</b>	(33.431)
Variação cambial	<b>(18.460)</b>	(13.419)	<b>(25.607)</b>	(17.438)
Variação monetária	<b>(15.137)</b>	(5.168)	<b>(130.969)</b>	(29.169)
Perdas com operações de derivativos	<b>(14.667)</b>	(33.594)	<b>(15.141)</b>	(35.689)
Outras	<b>(2.470)</b>	(1.658)	<b>(3.809)</b>	(3.638)
	<b>(83.475)</b>	(75.806)	<b>(221.407)</b>	(119.365)
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	<b>7.305</b>	12.497	<b>13.278</b>	16.454
Variação cambial	<b>19.722</b>	20.860	<b>30.434</b>	24.498
Variação monetária	<b>25.310</b>	1.392	<b>85.569</b>	31.912
Ganhos com operações de derivativos	<b>18.704</b>	30.508	<b>19.107</b>	30.212
Outras	<b>301</b>	128	<b>429</b>	588
	<b>71.342</b>	65.385	<b>148.817</b>	103.664
Resultado financeiro	<b>(12.133)</b>	(10.421)	<b>(72.590)</b>	(15.701)

## 20 Compromissos

### 20.1 Contratos de venda para entrega futura

A controladora e suas controladas têm contratos de venda para entrega futura com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

<b>Companhia</b>					
<b>Produto</b>	<b>Data de Entrega</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Contratos</b>	<b>Unidade</b>	<b>Preço</b>
<b><u>Safra 11/12</u></b>					
Algodão em Pluma	Jan-Abr/13	48.859	26	ton	\$1.999,02
Milho	Jan-Abr/13	680	2	ton	\$ 29,00
<b><u>Safra 12/13</u></b>					
Algodão em Pluma	Ago-Dez/13	10.400	3	ton	\$1.944,01
Algodão em Pluma	Ago-Dez/13	12.880	2	ton	A fixar
Soja	Jan-Maio/13	2.234.000	27	sc	\$24,96
Soja	Fev-Maio/13	385.000	5	sc	A fixar
Milho	Mar-Dez/13	87.000	11	ton	\$24,85



<b>Consolidado</b>					
<b>Produto</b>	<b>Data de Entrega</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Contratos</b>	<b>Unidade</b>	<b>Preço</b>
<b><u>Safra 11/12</u></b>					
Algodão em Pluma	Jan-Abr/13	71.692	46	ton	\$ 2.003,15
Milho	Jan-Abr/13	2.680	3	ton	\$ 21,12
<b><u>Safra 12/13</u></b>					
Algodão em Pluma	Ago-Dez/13	26.400	7	ton	\$1.944,01
Algodão em Pluma	Ago-Dez/13	23.000	3	ton	A fixar
Soja	Jan-Maio/13	4.467.000	43	sc	\$24,39
Soja	Fev-Maio/13	585.000	8	sc	A fixar
Milho	Mar-Dez/13	117.000	15	ton	\$22,71

## 20.2 Contratos de arrendamentos de terceiros

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuem contratados 75.820 hectares de arrendamento de terceiros, assim distribuídos:

<b>Unidade</b>	<b>Localização</b>	<b>Área arrendada (em ha)</b>	<b>Vencimentos dos contratos</b>	<b>Valores (em sacas de soja/ha/ano)</b>	<b>Tipo do arrendamento</b>
Pamplona	Cristalina-GO	3.942	2012 a 2014	6 a 12	Operacional
Planalto	Costa Rica-MS	1.603	2013*	15,51	Operacional
Planeste	Balsas-MA	10.858	2012 a 2023	4 a 8,9	Operacional
Panorama	Correntina-BA	12.313	2015	6,8	Operacional
Piratini	Jaborandi-BA	5.000	2021	2,7	Operacional
Palmares	Barreiras-BA	14.878	2015	9 a 10,1	Operacional
Parnaíba	Tasso Fragoso-MA	10.360	2023	3 a 5	Operacional
Planorte	Sapezal-MT	367	2013	8	Operacional
Paiguás	Diamantino-MT	2.360	2011 e 2020	8,5	Operacional
Pejuçara	Diamantino-MT	8.711	2020	9 a 9,5	Operacional
Parceiro	Formosa do Rio Preto-BA	5.428	2020	2 a 7	Operacional
<b>Total</b>		<b>75.820</b>			

(\*) Renovação anual. A Companhia arrenda esta área desde o ano de 1999.

Os compromissos futuros relacionados a esses contratos estão fixados em sacas de soja de acordo com o preço médio, na região de cada unidade, na data do seu respectivo pagamento. Além do arrendamento de terras de culturas, a Companhia possui contratado o aluguel operacional de unidade de beneficiamento de algodão na Fazenda Palmares (em Barreiras-BA, por R\$1.500 por ano, até o ano de 2015) e na Fazenda Planorte (em Campos de Júlio-MT, por 10.416 sacas de soja por ano, até o ano de 2013).

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos e aluguéis mercantis operacionais, em reais, da Companhia, são assim resumidos:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Pagamentos em até 1 ano	16.263	24.098
Pagamentos em mais de 1 ano e até 5 anos	45.118	84.061
Pagamentos em mais de 5 anos	14.297	46.190
Total de pagamentos mínimos futuros de arrendamentos	<b>75.678</b>	<b>154.349</b>

Cabe destacar que os contratos de arrendamento com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção. Por este motivo, os valores futuros mínimos serão normalmente estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data de cada balanço. Os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja.

Em relação aos contratos de arrendamento com terceiros informamos também: (i) não temos cláusulas de pagamento contingente; (ii) não há termos de renovação ou de opções de compra, exceto para o contrato da Fazenda Planalto, relativo à 1.657 ha, o qual tem renovação anual; (iii) nossos contratos são indexados à variação do preço da saca de soja, conforme divulgado acima, não existindo outras cláusulas de reajustamento; (iv) não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

## 21 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As receitas de vendas da Companhia e de suas controladas são geradas principalmente pela comercialização de *commodities* agrícolas como algodão, soja e milho; produtos que são cotados em dólares nas bolsas internacionais *Chicago Board of Trade* - CBOT e *Intercontinental Exchange Futures US* - ICE. Desta forma, a volatilidade do preço internacional da *commodity* e da taxa de câmbio são riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2012, era, respectivamente, R\$384.639 e R\$412.967, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R\$348.619 e R\$375.362 (nota explicativa 14).

<b>Controladora</b>				
	<b>Valor contábil</b>		<b>Valor justo</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Ativos</b>				
<b><u>Empréstimos e Recebíveis</u></b>				
Caixa e Equivalente de Caixa	30.799	75.426	30.799	75.426
Aplicações Financeiras CP	13.358	3.097	13.358	3.097
Contas à Receber de Clientes	36.549	28.572	36.549	28.572
Mútuos e Arrendamentos	15.748	39.056	15.748	39.056
Títulos e Créditos a Receber	25.829	26.147	23.941	21.232
<b>Subtotal</b>	<b>122.283</b>	<b>172.298</b>	<b>120.395</b>	<b>167.383</b>
<b><u>Valor justo de instrumentos hedge</u></b>				
Operações com Derivativos	6.845	16.148	6.845	16.148
<b>Subtotal</b>	<b>6.845</b>	<b>16.148</b>	<b>6.845</b>	<b>16.148</b>
<b>Total Ativos</b>	<b>129.128</b>	<b>188.446</b>	<b>127.240</b>	<b>183.531</b>
<b>Passivos</b>				
<b><u>Passivos pelo custo amortizado</u></b>				
Financiamentos e Empréstimos	638.719	451.385	674.738	451.385
Fornecedores	78.151	75.640	78.151	75.640
Partes Relacionadas	18.522	8.802	18.522	8.802
Outras à Pagar	35.784	88.915	35.784	88.915
Títulos a Pagar	600	600	600	600
<b>Subtotal</b>	<b>771.776</b>	<b>625.342</b>	<b>807.795</b>	<b>625.342</b>
<b><u>Valor justo de instrumentos hedge</u></b>				
Derivativos à Pagar	18.376	28.406	18.376	28.406
<b>Subtotal</b>	<b>18.376</b>	<b>28.406</b>	<b>18.376</b>	<b>28.406</b>
<b>Total Passivos</b>	<b>790.152</b>	<b>653.748</b>	<b>826.171</b>	<b>653.748</b>

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Valor contábil</b>		<b>Valor justo</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Ativos</b>				
<b><u>Empréstimos e Recebíveis</u></b>				
Caixa e Equivalente de Caixa	143.888	127.357	143.888	127.357
Aplicações Financeiras CP	13.358	3.106	13.358	3.106
Contas à Receber de Clientes	55.271	54.335	55.271	54.335
Títulos e créditos a Receber	25.829	26.147	23.941	21.232
<b>Subtotal</b>	<b>238.346</b>	<b>210.945</b>	<b>236.458</b>	<b>206.030</b>
<b><u>Valor justo de instrumentos hedge</u></b>				
Operações com Derivativos	7.223	16.177	7.223	16.177
<b>Subtotal</b>	<b>7.223</b>	<b>16.177</b>	<b>7.223</b>	<b>16.177</b>
<b>Total Ativos</b>	<b>245.569</b>	<b>227.122</b>	<b>243.681</b>	<b>222.207</b>
<b>Passivos</b>				
<b><u>Passivos pelo custo amortizado</u></b>				
Financiamentos e Empréstimos	810.860	640.031	848.465	640.031
Fornecedores	137.758	117.919	137.758	117.919
Outras à Pagar	61.980	120.236	61.980	120.236
Títulos a Pagar	182.134	242.381	156.914	251.345
<b>Subtotal</b>	<b>1.192.732</b>	<b>1.120.567</b>	<b>1.205.117</b>	<b>1.129.531</b>
<b><u>Valor justo de instrumentos hedge</u></b>				
Derivativos à Pagar	20.833	42.903	20.833	42.903
<b>Subtotal</b>	<b>20.833</b>	<b>42.903</b>	<b>20.833</b>	<b>42.903</b>
<b>Total Passivos</b>	<b>1.213.565</b>	<b>1.163.470</b>	<b>1.225.950</b>	<b>1.172.434</b>

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente, foi realizada utilizando o seguinte critério:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente.

		Controladora					
		2012			2011		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos</b>							
	Operações com Derivativos	-	6.845	-	-	16.148	-
	<b>Total Ativos</b>	<b>-</b>	<b>6.845</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.148</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>							
	Derivativos a Pagar	-	18.376	-	-	28.406	-
	<b>Total Passivos</b>	<b>-</b>	<b>18.376</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28.406</b>	<b>-</b>

  

		Consolidado					
		2012			2011		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos</b>							
	Operações com Derivativos	-	7.223	-	-	16.177	-
	<b>Total Ativos</b>	<b>-</b>	<b>7.223</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.177</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>							
	Derivativos a Pagar	-	20.833	-	-	42.903	-
	<b>Total Passivos</b>	<b>-</b>	<b>20.833</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42.903</b>	<b>-</b>

**a. Política de utilização, objetivos e estratégias**

O objetivo da utilização de instrumentos de derivativos financeiros pela Companhia e suas controladas é a proteção das margens operacionais (EBITDA). A Companhia criou um Comitê Executivo de Gestão de Riscos em julho de 2008 e aprovou a Política de Gestão de Riscos na reunião do Conselho de Administração de 29 de outubro de 2008. O Comitê Executivo de Gestão de Riscos é o órgão de ligação entre o Conselho de Administração e a Diretoria da Empresa. Sua missão envolve o apoio cotidiano às decisões da Diretoria, a monitoração da obediência aos limites de risco estabelecidos e, quando o caso, a análise e avaliação preliminares de propostas de ajustes ou reformulação de políticas ou limites de risco para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração.

As operações de derivativos financeiros são realizadas com instituições financeiras de primeira linha (instituições do país com “*Rating*” de no mínimo “A” em pelo menos uma das três principais agências internacionais classificadoras de risco a saber: Mood’s, S&P e/ou Fitch), observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, de *commodities* e juros de suas contrapartes, regularmente.

**b. Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros no patrimônio líquido da controladora e consolidado**

As operações de contratos a termo (NDF) e as operações de *Trade Finance* (PPE / NCE / Res. 2770) são fixadas visando proteger a exposição das vendas futuras em dólar. Essas operações são documentadas para registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”), em conformidade com o CPC 38. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados destes instrumentos contratados para operações próprias ou contratadas no âmbito consolidado para cobertura de vendas futuras.

As operações financeiras de *commodities*, embora também sejam instrumentos de *hedge*, não estão registradas na forma de *hedge accounting* e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

**c. Risco de câmbio**

Com o objetivo de proteção das receitas de vendas, da Companhia e suas controladas, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, são utilizados instrumentos de derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de termo de moeda - NDF (*Non Deliverable Forward*) e Contratos de Opções.

Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação destas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto, compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de derivativos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Para análise da exposição ao risco da taxa de câmbio é atualizado constantemente o *Business Plan*, considerando as seguintes premissas: (I) projeção de área plantada; (II) produtividade esperada; (III) preços das *commodities*, que são cotados na moeda dólar, considerando a média ponderada por volume dos preços das vendas realizadas e os preços de mercado do volume a vender; e, (IV) a distribuição das vendas nos períodos analisados. Após a definição do *Business Plan* e a mensuração dos itens anteriormente expostos, chega-se na exposição cambial total.

Com base no custo já formado com a compra antecipada dos principais insumos (fertilizantes, defensivos e sementes) e estimativa de custos fixos, é determinada a margem operacional esperada. Desta forma, o comitê de gestão de riscos irá executar os parâmetros descritos na política de gestão de riscos, com o objetivo de reduzir o desvio padrão da margem operacional definida como meta.

No quadro abaixo demonstramos as posições, da Companhia e suas controladas, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado, a saber:

Descrição	Valor de referência (nacional)		Valor Justo (MTM)		Valor na Curva (Accrual)	
	Moeda	2012	Moeda	2012	Moeda	2012
<b>Com Vencimento em 2013</b>						
<b>Contratos a Termo (NDF):</b>						
<u>Posição Vendida</u>						
Moeda Estrangeira	USD	203.626	R\$	(9.390)	R\$	(6.629)
Subtotal - Vencimentos em 2013	USD	203.626	R\$	(9.390)	R\$	(6.629)
<b>Com Vencimento em 2014</b>						
<b>Contratos a Termo (NDF):</b>						
<u>Posição Vendida</u>						
Moeda Estrangeira	USD	13.818	R\$	265	R\$	326
Subtotal - Vencimentos em 2014	USD	13.818	R\$	265	R\$	326
<b>TOTAL</b>	<b>USD</b>	<b>217.444</b>	<b>R\$</b>	<b>(9.125)</b>	<b>R\$</b>	<b>(6.303)</b>

A seguir segue detalhamento da dívida em moeda estrangeira (dólar americano):

<b>Contraparte</b>	<b>Tipo</b>	<b>Taxa Contratação</b>	<b>Notional US\$</b>	<b>Fair Value 2012</b>	<b>Fair Value 2011</b>	<b>Variação Cambial <sup>1</sup></b>	<b>Valor Contábil</b>
Banco Itaú BBA S/A	NCE	R\$ 1,7800	<b>50.000</b>	<b>102.415</b>	-	<b>13.415</b>	<b>104.049</b>
Banco Itaú BBA S/A	NCE	R\$ 1,9418	<b>50.000</b>	<b>102.415</b>	-	<b>5.325</b>	<b>103.074</b>
Banco Itaú BBA S/A	NCE	R\$ 1,5611	<b>35.000</b>	<b>71.691</b>	75.032	<b>16.576</b>	<b>72.873</b>
Banco Bradesco S/A	PPE	R\$ 1,5713	<b>18.750</b>	<b>38.406</b>	46.895	<b>8.854</b>	<b>38.399</b>
Citibank S/A	NCE	R\$ 1,5611	<b>18.000</b>	<b>36.869</b>	56.274	<b>8.326</b>	<b>36.808</b>
Banco John Deere	Res. 2770	R\$ 2,0588	<b>10.286</b>	<b>21.068</b>	-	<b>(168)</b>	<b>21.276</b>
HSBC Bank Brasil S/A	PPE	R\$ 1,8210	<b>6.000</b>	<b>12.290</b>	18.758	<b>1.334</b>	<b>12.268</b>
J.P. Morgan	ACC	R\$ 1,8120	-	-	15.006	-	-
Banco Itaú BBA S/A	ACC	R\$ 1,8567	-	-	2.814	-	-
<b>Total</b>			<b>188.036</b>	<b>385.153</b>	<b>214.779</b>	<b>53.662</b>	<b>388.747</b>

- (1) Valor diferido no patrimônio líquido (“*hedge accounting*”), em contra partida as contas no grupo de empréstimos e financiamentos.

A seguir segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de “*hedge accounting*”:

<b>Vencimento</b>	<b>Moeda</b>	<b>Contratos a Termo (NDF)</b>	<b>Pré-Pagamento de Exportação (PPE)*</b>	<b>Cédula de Crédito à Exportação (NCE)*</b>	<b>Res. 2770</b>	<b>Total</b>
Até 31/03/2013	USD	(6.216)	-	-	-	(6.216)
Até 30/06/2013	USD	(1.284)	-	-	-	(1.284)
Até 30/09/2013	USD	(945)	-	-	-	(945)
Até 31/12/2013	USD	(944)	-	-	-	(944)
Até 31/03/2014	USD	27	-	-	-	27
Até 30/06/2014	USD	238	-	8.326	-	8.564
Até 31/12/2014	USD	-	1.334	-	-	1.334
Até 31/12/2015	USD	-	8.854	-	-	8.854
Até 31/03/2016	USD	-	-	16.576	-	16.576
Até 31/03/2017	USD	-	-	13.415	-	13.415
Até 30/06/2017	USD	-	-	-	(168)	(168)
Até 30/06/2019	USD	-	-	5.325	-	5.325
<b>TOTAL</b>	<b>USD</b>	<b>(9.125)</b>	<b>10.188</b>	<b>43.642</b>	<b>(168)</b>	<b>44.537</b>

- (\*) Valores referente variação cambial classificado como *Hedge Accounting*. O valor de referência (Nocional) tem seu vencimento apresentado na Nota 14.

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte (da Companhia e suas controladas):

Descrição	Valor de Referência (nocial)			Valor Justo		
	Moeda	2012	2011	Moeda	2012	2011
Banco Itaú BBA S/A	USD	15.600	53.078	R\$	(551)	(8.391)
Citibank S/A	USD	27.923	48.709	R\$	95	(4.340)
Deutsche Bank Suiss S/A	USD	23.620	16.210	R\$	431	(3.175)
HSBC Bank Brasil S/A	USD	16.614	51.267	R\$	(2.535)	(7.254)
Banco Bradesco S/A	USD	28.059	51.773	R\$	(1.218)	(6.168)
Votorantim S/A	USD	29.113	46.931	R\$	(1.027)	(750)
Morgan Stanley S/A	USD	10.750	24.360	R\$	(1.637)	(4.188)
BofA Merrill Lynch S/A	USD	35.100	-	R\$	(1.392)	-
Banco J.P. Morgan S/A	USD	6.903	-	R\$	18	-
Santander Brasil S/A	USD	23.763	5.650	R\$	(1.309)	(1.161)
<b>Total</b>	<b>USD</b>	<b>217.444</b>	<b>297.978</b>	<b>R\$</b>	<b>(9.125)</b>	<b>(35.427)</b>

Para determinação do valor justo das operações foram utilizados os seguintes critérios:

- Contratos a Termo (NDF) - foi considerada a curva futura do dólar publicada pela BM&F (www.bmf.com.br) no fechamento de cada período. Com base nesta informação, o ajuste projetado no vencimento de cada operação é descontado pela curva de juros entre a Ptax de fechamento do período e a cotação futura no vencimento do derivativo publicado pela BM&F.

#### ***Riscos da variação da taxa de câmbio***

A Companhia projetou o impacto potencial das operações destinadas à proteção cambial e do endividamento em dólares em 5 cenários para os exercícios de 2013 e 2014, conforme segue:

- Cenário Provável: Com base no relatório FOCUS (BACEN) divulgado no dia 31 de dezembro de 2012, definimos o cenário provável com a cotação do dólar R\$ 2,0900.
- Queda de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 1,5675, equivalente a 25% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Queda de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 1,0450, equivalente a 50% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 2,6125, equivalente a 25% superior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 3,1350, equivalente a 50% superior à cotação do Cenário Provável.



A seguir demonstramos o resumo dos impactos consolidados em cada cenário projetado:

Descrição	Risco	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
		Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$	Cotação R\$
		1,0450	1,5675	2,0900	2,6125	3,1350
Exercício 2013						
Receitas de Vendas (objeto hedge)*	Variação do Dólar (exportações)	(210.482)	(105.241)	-	105.241	210.482
Contratos a Termo (NDF)	Variação do Dólar (exportações)	212.789	106.395	-	(106.395)	(212.789)
Exercício 2014						
Receitas de Vendas (objeto hedge)*	Variação do Dólar (exportações)	(15.971)	(7.986)	-	7.986	15.971
Contratos a Termo (NDF)	Variação do Dólar (exportações)	14.440	7.220	-	(7.220)	(14.440)
Endividamento em dólar						
Receitas de Vendas (objeto hedge)*	Variação do Dólar (exportações)	(8.360)	(4.180)	-	4.180	8.360
Trade Finance (endividamento em dólar)	Variação do Dólar	8.360	4.180	-	(4.180)	(8.360)
Total		777	388	-	(388)	(777)

A seguir demonstramos a exposição líquida de cambio:

	Controladora			
	2012		2011	
	Montante em Reais (R\$)	Montante em USD	Montante em Reais (R\$)	Montante em USD
Contas a receber de clientes (nota explicativa 7)	26.189	12.820	21.011	11.205
Trade Finance (endividamento em dólar)	(388.747)	(190.236)	(247.183)	(131.775)
<b>Exposição líquida do balanço patrimonial</b>	<b>(362.558)</b>	<b>(177.416)</b>	<b>(226.172)</b>	<b>(120.569)</b>
Estimativa de exportações	685.243	332.100	515.542	274.839
Contratos a Termo (NDF)	(371.937)	(177.960)	(402.074)	(214.348)
<b>Exposição líquida de exportações</b>	<b>313.306</b>	<b>154.140</b>	<b>113.468</b>	<b>60.491</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>(49.252)</b>	<b>(23.277)</b>	<b>(112.704)</b>	<b>(60.079)</b>

	Consolidado			
	2012		2011	
	Montante em Reais (R\$)	Montante em USD	Montante em Reais (R\$)	Montante em USD
Contas a receber de clientes (nota explicativa 7)	42.834	20.967	39.089	20.846
Trade Finance (endividamento em dólar)	(388.747)	(190.236)	(252.811)	(134.775)
<b>Exposição líquida do balanço patrimonial</b>	<b>(345.913)</b>	<b>(169.269)</b>	<b>(213.722)</b>	<b>(113.929)</b>
Estimativa de exportações	831.576	406.937	853.309	454.904
Contratos a Termo (NDF)	(444.347)	(217.444)	(558.947)	(297.978)
<b>Exposição líquida de exportações</b>	<b>387.228</b>	<b>189.493</b>	<b>294.362</b>	<b>156.926</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>41.315</b>	<b>20.224</b>	<b>80.640</b>	<b>42.997</b>

**d. Risco de preço**

A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente com nossos clientes (*forward contracts*). Além disso, também são utilizados contratos de futuros e opções, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de contratos de *swaps* e opções, com instituições financeiras no mercado de balcão. Estas operações são negociadas com referência em preços das commodities cotados no mercado futuro. Todas as operações estão relacionadas à exposição líquida da produção da Companhia e de suas controladas, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Já as operações realizadas com instituições financeiras não necessitam de margens iniciais, pois estas operações são amparadas por limite de crédito pré-aprovado pelas instituições financeiras.

As operações financeiras de *commodities*, embora também sejam instrumentos de *hedge*, não estão registradas na forma de *hedge accounting* e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

Na tabela abaixo, demonstramos os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra variação do preço das *commodities*:

Descrição	Valor de Referência (nacional)			Valor Justo			Efeito acumulado (período atual)	
	Moeda	2012	2011	Moeda	2012	2011	Moeda	Valor a receber/ (recebido) / Valor a pagar/ (pago)
<b>Com Vencimento em 2013</b>								
<b>Operações Financeiras</b>								
Commodities - Algodão	USD	16.658	53.474	R\$	2.530	10.481	R\$	3.647 (1.116)
Commodities - Soja	USD	50.512	-	R\$	(4.911)	-	R\$	899 (5.811)
<b>Subtotal – Vencimentos em 2013</b>	<b>USD</b>	<b>67.170</b>	<b>53.474</b>	<b>R\$</b>	<b>(2.381)</b>	<b>10.481</b>	<b>R\$</b>	<b>4.546 (6.927)</b>
<b>Com Vencimento em 2014</b>								
<b>Operações Financeiras</b>								
Commodities - Algodão	USD	-	5.803	R\$	-	880	R\$	- -
Commodities - Soja	USD	12.536	-	R\$	(348)	-	R\$	- (348)
<b>Subtotal – Vencimentos em 2014</b>	<b>USD</b>	<b>12.536</b>	<b>5.803</b>	<b>R\$</b>	<b>(348)</b>	<b>880</b>	<b>R\$</b>	<b>- (348)</b>
<b>Total geral</b>	<b>USD</b>	<b>79.706</b>	<b>59.277</b>	<b>R\$</b>	<b>(2.729)</b>	<b>11.361</b>	<b>R\$</b>	<b>4.546 (7.275)</b>

As operações com *commodities* agrícolas foram negociadas em ambiente de balcão com as seguintes contrapartes: Cargill Financial Service International Inc, Deutsche Bank, Morgan Stanley, Macquarie Group Limited, Barclays Capital e J.P. Morgan. O valor justo dessas operações foi fornecido pela própria instituição.

***Riscos da variação dos preços das commodities***

A Companhia projetou o impacto das operações destinadas à proteção dos preços das commodities em 4 cenários para o exercício 2013 e 2014, em dólares por libra (USD/libra) algodão e em dólares por bushel (USD/Bushel) soja, conforme quadro à seguir:

Descrição	Risco	Cenário Remoto -50%	Cenário Possível -25%	Cenário Atual (CBOT e	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto +50%
<b>Contratos</b>						
CTH3 (Algodão - Março/13)*	Variação do Preço	37,57	56,36	75,14	93,93	112,71
CTK3 (Algodão - Maio/13)*	Variação do Preço	37,93	56,90	75,86	94,83	113,79
CTN3 (Algodão - Julho/13)*	Variação do Preço	38,44	57,65	76,87	96,09	115,31
SYK3 (Algodão - Maio/13)**	Variação do Preço	7,61	11,41	15,22	19,02	22,82
SYK4 (Soja - Maio/14)**	Variação do Preço	6,59	9,89	13,18	16,48	19,77

\*Valores em USD/Libra

\*\*Valores em USD/Bushel

A seguir demonstramos o resumo dos impactos em cada cenário projetado, em reais por libra (R\$/Libra):

Descrição	Risco	Cenário Remoto -50%	Cenário Possível -25%	Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto +50%
<b>Exercício 2012</b>						
Algodão - Operações Financeiras	Variação do Preço	15.618	8.981	2.344	(4.293)	(10.929)
Soja - Operações Financeiras	Variação do Preço	(7.619)	(4.917)	(3.830)	(3.565)	(3.300)
<b>Exercício 2013</b>						
Algodão - Operações Financeiras	Variação do Preço	-	-	-	-	-
Soja - Operações Financeiras	Variação do Preço	4.264	4.079	1.420	(4.179)	(18.367)
<b>Total</b>		<b>12.263</b>	<b>8.143</b>	<b>(65)</b>	<b>(12.036)</b>	<b>(32.596)</b>

- (\*) Os contratos atuais preveem uma remuneração fixa mínima que é superior ao preço estimado no cenário remoto na data do balanço.

#### e. Risco de juros

Uma parcela do endividamento da Companhia está vinculada a taxas de juros pós-fixadas. As taxas de juros pós-fixadas do nosso endividamento são a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), presente nas operações de financiamento do BNDES e a Libor (*London Interbank Offered Rate*), que é a taxa de juros utilizada em empréstimos internacionais.

Para proteção contra a variação destas taxas de juros, a Companhia realiza operações de *hedge* através de operações de swap de taxas de juros com instituições financeiras de primeira linha. Estas operações consistem em uma troca de taxas de juros flutuantes por taxas de juros fixas, onde a Companhia fica com posição ativa na taxa de juros pós-fixada (TJLP ou Libor), e simultaneamente com posição passiva em uma taxa de juros pré-fixada. O valor do principal (nacional) e vencimentos da operação de *swap* é idêntico ao fluxo da dívida, objeto do *hedge*. Desta forma, elimina-se o risco de flutuação da taxa de juros pós-fixada da dívida. A seguir segue detalhamento da operação de swap de taxas de juros e dívida indexada à taxa Libor:

**SLC Agrícola S.A.**  
**Demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2012 e 2011**

Contraparte	Instrumento de Hedge	Objeto Hedgeado	Saldo do Swap (Curva do Contrato)		Saldo do Swap (MTM)		Ajuste
			Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Resultado Financeiro
Santander	Swap de USD 29.333 (Ativo Libor 6 meses+2%aa. / Passivo 4,68%aa.)	Dívida de USD 35.000 a juros de Libor 6 meses + 2,8%aa.	61.528	63.085	61.528	63.085	(1.557)
<b>Total</b>			<b>61.528</b>	<b>63.085</b>	<b>61.528</b>	<b>63.085</b>	<b>(1.557)</b>

### **Riscos da variação das taxas de juros**

Com o objetivo de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas da Companhia, com base na posição de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS (Bacen) de 31 de dezembro de 2012 definimos os índices para o CDI e Câmbio, já para a taxa Libor consideramos a curva futura da BM&F também de 31 de dezembro de 2012 e para a TJLP foi considerada a taxa válida na data de encerramento do exercício. Com base nestas informações definimos o Cenário Provável para a análise e, a partir deste, foram calculadas as variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi considerada a despesa financeira ou receita financeira bruta, não considerando incidência de tributos e o fluxo de vencimentos das dívidas e resgates das aplicações financeiras programadas para 2012. A data base da carteira foi 31 de dezembro de 2012 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

A seguir demonstramos o resumo dos impactos nos próximos 12 meses em cada cenário:

	Taxa de Juros*	Saldo em 2012	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
<b>Dívidas em Reais Taxa Pré-Fixada</b>							
Crédito Rural	6,11%	174.743	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Fundos Constitucionais	7,28%	120.182	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
BNDES	5,96%	31.468	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Capital de Giro	8,32%	90.162	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Dívidas em Reais Taxa Pós-Fixada</b>							
BNDES	TJLP + 2,64%	5.444	(305)	(380)	(455)	(530)	(605)
<b>Dívidas em Dólares</b>							
NCE	Libor 6M + 2,48 a.a.(média)	316.803	(12.173)	(12.494)	(12.697)	(13.322)	(13.737)
PPE	Libor 6M + 2,87% a.a. (média)	50.667	(1.673)	(1.624)	(1.687)	(1.749)	(1.812)
Contrato Res. 2770 Banco John Deere	Libor 6M + 5% a.a.	21.276	(1.119)	(1.146)	(1.174)	(1.201)	(1.229)
BNDES	Cesta de Moedas + 2,73%	114	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Swap Libor x Pré**	Ativo: Libor + 2% Passivo: 4,68%	59.928	(934)	(861)	(788)	(715)	(642)
<b>Aplicações Financeiras</b>							
CDB e Debêntures	99,54% s/CDI	157.047	5.685	8.527	11.370	14.212	17.055

(\*) Taxas médias anuais

(\*\*) Valor de R\$ 59.928 refere-se a conversão de USD 29.333 (Valor saldo empréstimo cuja oscilação na taxa Libor está sendo coberta) pela cotação do dólar em 31 de dezembro de 2012 – R\$2,0430

**f. Risco de crédito**

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados: *trading companies* e companhias de tecelagem entre outros que usualmente adquirem grandes volumes para garantia de negociação local e internacional. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

Em função do mencionado acima, o risco de crédito assumido não é relevante. No entanto apresentamos abaixo os saldos contábeis que estão expostos à este risco:

	Controladora			Consolidado		
	Moeda	2012	2011	Moeda	2012	2011
<b>Ativos</b>						
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$	30.799	75.426	R\$	143.888	127.357
Aplicações Financeiras CP	R\$	13.358	3.097	R\$	13.358	3.106
Contas à Receber de Clientes	R\$	36.549	28.572	R\$	55.271	54.335
Partes Relacionadas	R\$	15.748	17.370	R\$	-	-
Derivativos à Receber	R\$	6.845	16.148	R\$	7.223	16.177
<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>103.299</b>	<b>140.613</b>	<b>R\$</b>	<b>219.740</b>	<b>200.975</b>

**g. Risco de liquidez**

Os fluxos brutos de saídas, divulgados na tabela a seguir representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionadas com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual. A tabela apresenta fluxos de caixa líquidos para derivados de caixa liquidados pela exposição líquida e fluxos de caixa bruto de saída para os derivados que têm liquidação simultânea bruta.

	Controladora							
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
31 de dezembro de 2012								
Passivos financeiros								
Não derivativos								
Financiamentos e Empréstimos	638.719	674.738	290.100	69.724	78.729	78.729	78.729	78.729
Fornecedores	78.151	78.151	78.151	-	-	-	-	-
Titulos a Pagar	600	600	600	-	-	-	-	-
	717.470	753.489	368.851	69.724	78.729	78.729	78.729	78.729
Derivativos								
Operações com Derivativos	11.531	11.531	11.066	465	-	-	-	-
	11.531	11.531	11.066	465	-	-	-	-
	729.001	765.020	379.917	70.189	78.729	78.729	78.729	78.729

**SLC Agrícola S.A.**  
**Demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2012 e 2011**

		<b>Consolidado</b>						
		<b>Valor</b>	<b>Fluxo</b>	<b>até</b>	<b>de 1 a 2</b>	<b>de 2 a 3</b>	<b>de 3 a 4</b>	<b>de 4 a 5</b>
<b>31 de dezembro de 2012</b>		<b>contábil</b>	<b>de caixa</b>	<b>1 ano</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>
			<b>contratual</b>					<b>acima de</b>
								<b>5 anos</b>
<b>Passivos financeiros</b>								
<b>Não derivativos</b>								
Financiamentos e Empréstimos	810.860	848.465	435.498	75.072	84.474	84.474	84.474	84.474
Fornecedores	137.758	137.758	137.758	-	-	-	-	-
Titulos a Pagar	182.134	182.134	95.283	56.693	12.152	12.152	5.854	
	1.130.752	1.168.357	668.539	131.765	96.626	96.626	90.328	84.474
<b>Derivativos</b>								
Operações com Derivativos	13.610	13.610	13.146	464	-	-	-	-
	13.610	13.610	13.146	464	-	-	-	-
	1.144.362	1.181.967	681.685	132.229	96.626	96.626	90.328	84.474

		<b>Controladora</b>						
		<b>Valor</b>	<b>Fluxo</b>	<b>até</b>	<b>de 1 a 2</b>	<b>de 2 a 3</b>	<b>de 3 a 4</b>	<b>de 4 a 5</b>
<b>31 de dezembro de 2011</b>		<b>contábil</b>	<b>de caixa</b>	<b>1 ano</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>
			<b>contratual</b>					<b>acima de</b>
								<b>5 anos</b>
<b>Passivos financeiros</b>								
<b>Não derivativos</b>								
Financiamentos e Empréstimos	451.385	698.048	396.729	76.924	82.047	74.691	53.945	13.712
Fornecedores	75.640	75.640	75.640	-	-	-	-	-
Titulos a Pagar	600	600	600	-	-	-	-	-
	527.625	774.288	472.969	76.924	82.047	74.691	53.945	13.712
<b>Derivativos</b>								
Operações com Derivativos	30.969	30.969	28.337	2.632	-	-	-	-
	30.969	30.969	28.337	2.632	-	-	-	-
	558.594	805.257	501.306	79.556	82.047	74.691	53.945	13.712

		<b>Consolidado</b>						
		<b>Valor</b>	<b>Fluxo</b>	<b>até</b>	<b>de 1 a 2</b>	<b>de 2 a 3</b>	<b>de 3 a 4</b>	<b>de 4 a 5</b>
<b>31 de dezembro de 2011</b>		<b>contábil</b>	<b>de caixa</b>	<b>1 ano</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>
			<b>contratual</b>					<b>acima de</b>
								<b>5 anos</b>
<b>Passivos financeiros</b>								
<b>Não derivativos</b>								
Financiamentos e Empréstimos	640.031	698.048	396.729	76.924	82.047	74.691	53.945	13.712
Fornecedores	117.919	117.919	117.919	-	-	-	-	-
Titulos a Pagar	242.381	242.381	113.876	52.503	51.827	9.222	9.222	5.731
	1.000.331	1.058.348	628.524	129.427	133.874	83.913	63.167	19.443
<b>Derivativos</b>								
Operações com Derivativos	26.726	26.726	24.454	2.272	-	-	-	-
	26.726	26.726	24.454	2.272	-	-	-	-
	1.027.057	1.085.074	652.978	131.699	133.874	83.913	63.167	19.443

**h. Resumo das operações de derivativos em aberto**

A seguir estão apresentados os instrumentos financeiros derivativos da Companhia consolidados e que estão refletidos nas contas patrimoniais:

**SLC Agrícola S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2012 e 2011

Descrição	Valor de Referência (notional)			Valor Justo registrado no Ativo			Valor Justo registrado no Passivo		
	Moeda	2012	2011	Moeda	2012	2011	Moeda	2012	2011
<b>Operações de Proteção Cambial</b>									
Contratos NDF ( <i>Non Deliverable Forwards</i> ) - 21.c	USD	217.444	297.978	R\$	2.677	4.816	R\$	11.802	40.243
Contratos Trade Finance <sup>1</sup> - 21.c	USD	188.036	134.000	R\$	168	-	R\$	53.830	31.021
<b>Subtotal</b>	USD	<b>405.480</b>	<b>431.978</b>	R\$	<b>2.845</b>	<b>4.816</b>	R\$	<b>65.632</b>	<b>71.264</b>
<b>Operações de Proteção dos Produtos</b>									
Algodão - Operações Financeiras - 21.d	USD	16.658	59.277	R\$	3.647	11.361	R\$	1.116	-
Soja - Operações Financeiras - 21.d	USD	63.048	-	R\$	899	-	R\$	6.158	-
<b>Subtotal</b>	USD	<b>79.706</b>	<b>59.277</b>	R\$	<b>4.546</b>	<b>11.361</b>	R\$	<b>7.274</b>	<b>-</b>
<b>Operações de Proteção de Insumos</b>									
Swap MAP	USD	1.750	-	R\$	-	-	R\$	200	-
<b>Subtotal</b>	USD	<b>1.750</b>	<b>-</b>	R\$	<b>-</b>	<b>-</b>	R\$	<b>200</b>	<b>-</b>
<b>Operações de Proteção de Juros</b>									
Swap Libor x Pré - 21.e	USD	29.333	34.667	R\$	-	-	R\$	1.557	2.660
<b>Subtotal</b>	USD	<b>29.333</b>	<b>34.667</b>	R\$	<b>-</b>	<b>-</b>	R\$	<b>1.557</b>	<b>2.660</b>
<b>Total</b>	USD	<b>516.269</b>	<b>525.922</b>	R\$	<b>7.391</b>	<b>16.177</b>	R\$	<b>74.663</b>	<b>73.924</b>
(-) parcela classificada no circulante				R\$	(6.912)	(15.283)	R\$	(20.058)	(37.349)
<b>Parcela não circulante</b>				R\$	<b>479</b>	<b>894</b>	R\$	<b>54.605</b>	<b>36.575</b>

- (1) Valor diferido no patrimônio líquido (“*hedge accounting*”), em contra partida as contas no grupo de empréstimos

**i. Resultado financeiro com operações de derivativos**

A seguir estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas consolidados no período, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição	Moeda	Ganhos e Perdas registradas no Resultado				Ganhos e Perdas registradas no Patrimônio Líquido	
		Alocado na Receita Bruta em		Alocado no Resultado Financeiro em			
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>Operações de Proteção Cambial</b>							
Contratos NDF ( <i>Non Deliverable Forwards</i> )	R\$	(28.353)	43.463	(233)	(2.580)	(20.262)	(35.443)
Contratos Trade Finance	R\$	(10.175)	-	-	-	(53.663)	(31.021)
<b>Sub-total</b>	R\$	<b>(38.528)</b>	43.463	<b>(233)</b>	(2.580)	<b>(73.925)</b>	(66.464)
<b>Operações de Proteção de Commodities</b>							
Swap de Commodities Agrícolas							
Algodão	R\$	-	-	9.141	(7.998)	-	-
Soja	R\$	-	-	(4.753)	6.161	-	-
Swap de Fertilizantes							
Outros	R\$	-	-	-	-	(200)	-
	R\$	-	-	<b>4.388</b>	(1.837)	<b>(200)</b>	-
<b>Operações de Proteção de Juros</b>							
Swap Libor x Pré	R\$	-	-	(189)	(1.059)	-	-
<b>Sub-total</b>	R\$	-	-	<b>(189)</b>	<b>(1.059)</b>	-	-
<b>TOTAL</b>	R\$	<b>(38.528)</b>	43.463	<b>3.966</b>	(5.476)	<b>(74.125)</b>	(66.464)

**j. Valores de mercado**

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado das disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos aproximam-se dos valores contábeis devido à sua natureza de curto prazo ou porque estão sujeitos a taxas de juros variáveis, respectivamente.

**k. Gestão do capital social**

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.

Não houve mudança na política de dividendos, nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro 2011.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	<b>638.719</b>	451.385	<b>810.860</b>	640.031
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira de curto prazo	<b>(44.157)</b>	(78.523)	<b>(157.246)</b>	(130.463)
Dívida líquida	<b>594.562</b>	372.862	<b>653.614</b>	509.568
Patrimônio líquido	<b>1.947.507</b>	1.920.236	<b>1.993.625</b>	1.920.236
Índice de alavancagem financeira	<b>30,5%</b>	19,4%	<b>32,8%</b>	26,5%

## **22 Programa de participação nos resultados**

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, a sociedade e suas controladas têm um programa de participação nos resultados, extensivo a todos os seus colaboradores.

O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base no lucro líquido consolidado da Companhia, sendo parte do valor distribuído livremente aos beneficiários e parte vinculado a metas estabelecidas para cada unidade de produção.

A participação é calculada aplicando-se 9% ao resultado líquido consolidado. Sobre este valor, 60% serão distribuídos aos beneficiários e 40% dependerão do atendimento das metas estabelecidas para cada unidade de produção. O valor das metas é limitado a 2 (dois) salários nominais para cada funcionário beneficiário do plano.



A seguir o valor provisionado no resultado do período, no grupo despesas administrativas:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Participação nos resultados	<b>3.056</b>	8.676	<b>3.911</b>	12.818
Total	<b>3.056</b>	8.676	<b>3.911</b>	12.818

## 23 Plano de opções de ações

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, a vigorar a partir de 15 de junho de 2007, para diretores e gerentes da Companhia. O plano é administrado pelo Comitê Gestor, criado pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2007.

O plano de opção de ações está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 3% do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa Anual. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Os beneficiários do Plano de Opções de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 5 anos contados da respectiva outorga. O período de carência (*vesting*) será de até 3 anos, com liberações de 20% a partir do primeiro aniversário, 40% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do Termo de Exercício de Opção de Ações.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 31 de outubro de 2007, 16 de dezembro de 2008, 11 de novembro de 2009, 10 novembro de 2010 e 09 de novembro de 2011, foram aprovados os Programas Anuais dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, com outorga de 640.000, 720.000, 488.000, 805.000 e 899.000 opções de compras de ações, respectivamente.

As movimentações das ações outorgadas no Programa Anual de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 e os respectivos preços de exercício, em reais, estão apresentadas como segue:

<b>Ano da outorga</b>	<b>Preço de exercício - R\$</b>	<b>Quantidade de ações</b>			
		<b>Saldo em 2011</b>	<b>Outorgadas</b>	<b>Canceladas</b>	<b>Saldo em 2012</b>
2007	R\$ 14,00	71.200	-	-	(71.200)
2008	R\$ 14,80	466.000	-	(6.000)	(460.000)
2009	R\$ 15,00	384.600	-	(12.000)	(169.000)
2010	R\$ 16,87	785.000	-	(107.000)	(128.600)
2011	R\$ 16,24	899.000	-	(101.600)	(20.000)
2012	R\$ 17,09	-	809.000	-	-
		<b>2.605.800</b>	<b>809.000</b>	<b>(226.600)</b>	<b>(848.800)</b>
					<b>2.339.400</b>

O preço do exercício do Programa Anual de 2007 está fixado em R\$ 14,00 (quatorze reais) por ação, equivalentes ao preço de distribuição por ação fixada na oferta inicial pública de ações da Companhia.

O preço do exercício dos Programas anuais de 2008 e 2009 foram fixados com base na média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na Bovespa, anteriores à aprovação do plano, com desconto de 19,97% e 7,98%, respectivamente.

O preço do exercício dos Programas anuais de 2010 e 2011, também foram fixados com base na média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na Bovespa, anteriores à aprovação do plano, porém sem desconto.

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

<b>Prazos de carência a partir da outorga</b>	<b>% de opções liberadas para o exercício</b>	<b>Quantidade máxima de ações</b>
A partir de – 08/11/2012	7%	159.800
A partir de – 09/11/2012	9%	201.200
A partir de – 12/11/2012	23%	534.800
A partir de – 08/11/2013	29%	689.200
A partir de – 11/11/2013	46%	1.067.200
A partir de – 13/11/2013	53%	1.229.000
A partir de – 10/11/2014	72%	1.692.200
A partir de – 13/11/2014	79%	1.854.000
A partir de – 13/11/2015	100%	2.339.400

A Companhia reconhece o custo com o plano de opções com base no valor justo das ações outorgadas, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o de Black-Scholes. O valor justo médio ponderado, os prêmios considerados e as premissas econômicas utilizadas para o cálculo no modelo são apresentados abaixo:

	<b>Outorga</b>					
	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Valor justo médio ponderado	R\$ 21,25	R\$ 23,90	R\$ 21,39	R\$ 28,73	R\$ 21,75	R\$ 23,66
Prêmios	R\$ 7,25	R\$ 9,10	R\$ 6,39	R\$ 11,86	R\$ 5,51	R\$ 6,57
Dividendo	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Volatilidade do preço da ação	32,03%	76,05%	67,59%	60,40%	39,90%	36,56%
Taxa de retorno Livre de Risco						
1º Vencimento	11,65%	13,70%	9,91%	11,40%	9,98%	7,31%
2º Vencimento	11,65%	13,87%	11,41%	11,92%	10,16%	7,90%
3º Vencimento	11,64%	14,01%	12,13%	11,88%	10,46%	8,38%
Período esperado até o vencimento						
1º Vencimento	1.097	1.096	365	365	365	365
2º Vencimento	1.279	1.278	730	730	730	730
3º Vencimento	1.462	1.461	1.097	1.097	1.097	1.095

Em atendimento ao CPC 10, tomando-se por base os prazos de carência apresentados, foram reconhecidos no resultado os valores com plano de opções de ações em função do decurso do prazo do período de *vesting*, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital, o valor de R\$ 4.322 (despesa) em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 6.261 em 31 de dezembro de 2011).

**Reconciliação de opções de ações em circulação**

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações que estão no âmbito do programa de opção de ações são o seguinte:

	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções
	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2011</b>
Em circulação em 1º de janeiro	R\$ 15,93	2.605.800	R\$ 11,68	1.975.700
Outorgadas durante o período	R\$ 17,09	809.000	R\$ 16,24	899.000
Exercidas durante o período	R\$ 15,12	(848.800)	R\$ 14,18	(191.700)
Canceladas durante o período	R\$ 16,43	(226.600)	R\$ 15,40	(77.200)
Em circulação em 31 de dezembro	R\$ 16,57	2.339.400	R\$ 15,93	2.605.800
Exercíveis em 31 de dezembro	R\$ 15,97	534.800	R\$ 15,12	838.000

As opções em aberto em 31 de dezembro de 2012 possuem um preço de exercício na faixa entre R\$14,00 a R\$17,09 (2011: R\$14,00 a R\$16,24) e média ponderada de vida contratual de 3,9 anos (2011: 2,4 anos).

A média ponderada de preços de ações na data de exercício para opções de compra de ações exercidas em 2012 foi de R\$15,12 (2011: R\$14,18).

## **24 Subvenção e assistência governamentais**

### **a. Diferimento e Crédito Presumido de ICMS**

A Companhia possui incentivos para diferimento de débitos de ICMS nas operações com soja, milho e caroço de algodão através da adesão da Fazenda Planalto ao programa Fundersul (Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul) e das Fazendas Planorte e Paiaguás ao programa FETHAB (Fundo de Transporte e Habitação). Para usufruir ao incentivo do diferimento a Companhia precisa fazer requerimento às Secretarias Estaduais, renunciar aos créditos de ICMS nas entradas a que teria direito e recolher ao estado do Mato do Grosso do Sul o Fundersul e ao estado do Mato Grosso o FETHAB.

Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul e de Goiás, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 50% a 75% através da adesão da Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul) e da Fazenda Pamplona ao programa PROALGO (Goiás).

Como exigências para participação nestes incentivos a Companhia deve encaminhar termo de opção as Secretarias Estaduais, abdicar dos créditos de ICMS a que teria direito nas entradas, prestar informações acessórias a respeito desta renúncia fiscal e recolher PDAGRO ao Estado do Mato Grosso do Sul e Fialgo no Estado de Goiás.

Os créditos presumidos são registrados no resultado a crédito na rubrica de impostos sobre vendas, em contrapartida à rubrica de impostos a recolher. No exercício, findo em 31 de dezembro de 2012, foram reconhecidos R\$1.128 de crédito presumido de ICMS na controladora e no consolidado.

O Estado do Mato Grosso, até dezembro de 2011, por intermédio do decreto no 1.589/97,

concedia incentivo de crédito presumido de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 75% através da adesão das Fazendas Planorte e Paiaguás ao programa PROALMAT. A partir de janeiro de 2012, em atendimento ao decreto 899/11, as fazendas não poderão mais usufruir deste incentivo.

**b. Incentivo de redução de IRPJ**

A Companhia possui incentivo nas controladas Fazendas Parnaíba e Planorte, localizadas no Estado do Maranhão e Mato Grosso, respectivamente, que gozam de incentivo fiscal de IRPJ concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. O incentivo consiste na redução de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis.

A Fazenda Planorte goza do incentivo até o limite de produção e comercialização de 13.478 toneladas de algodão em pluma e 18.533 toneladas de caroço de algodão por ano. A vigência do incentivo expira no ano de 2015. A Fazenda Parnaíba goza do incentivo até o limite de produção e comercialização de 5.528 toneladas de algodão em pluma e 8.292 toneladas de caroço de algodão por ano. A vigência do incentivo expira no ano de 2013.

Os valores apurados a título de incentivo de redução de IRPJ são contabilizados a débito na conta de IRPJ a Recolher, no passivo circulante, e a crédito na rubrica de impostos correntes, no resultado do exercício. O valor do incentivo de redução de IRPJ não pode ser distribuído aos acionistas como dividendos, motivo pelo qual o valor anual do incentivo é transferido da rubrica de resultado acumulado para a reserva de capital, no Patrimônio Líquido. Esta reserva somente pode ser utilizada para incorporar-se ao capital social ou para absorção de prejuízos.

A controlada Fazenda Parnaíba, no período findo em 31 de dezembro de 2012 teve ganho com incentivo de redução de IRPJ no valor de R\$2.448, a Fazenda Planorte nesse período encerrou com prejuízo fiscal.

## **25 Cobertura de seguros**

O detalhamento dos seguros contratados e as coberturas são demonstrados como segue:

<b>Apólice</b>	<b>Natureza</b>	<b>Vigência</b>	<b>Cobertura</b>
13368302	Veículos da SLC Agrícola	10/10/12 à 10/10/13	Contra terceiros - 100% FIPE
13343105	Veículos da SLC Agrícola	10/10/12 à 10/10/13	Contra terceiros - 100% FIPE
13442631	Veículos da Fazenda Parnaíba	10/10/12 à 10/10/13	Contra terceiros - 100% FIPE
13441777	Veículos da Fazenda Planorte	10/10/12 à 10/10/13	Contra terceiros - 100% FIPE
13343053	Veículos da Fazenda Paiaguás	10/10/12 à 10/10/13	Contra terceiros - 100% FIPE
13343064	Veículos da Fazenda Pejuçara	10/10/12 à 10/10/13	Contra terceiros - 100% FIPE
13343068	Veículos da Fazenda Perdizes	10/10/12 à 10/10/13	Contra terceiros - 100% FIPE
2309186115	Máquinas e Equipamentos	08/10/12 à 08/10/13	R\$ 200.175.314,65
03.30.32818	Benfeitorias - Fazendas	10/11/11 à 10/01/13	R\$ 20.000.000,00
03.18.0631893	Administração	10/11/12 à 10/11/13	R\$ 750.000,00
10351000466	Responsabilidade Civil Geral	02/12/12 à 02/12/13	R\$ 1.000.000,00
20.96.000011.00	Estoques de Grãos e Algodão - inclusive a céu aberto	24/03/12 à 24/03/13	R\$ 60.000.000,00

O escopo de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, o qual foi determinado pela administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## 26 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita operacional bruta	<b>654.699</b>	694.481	<b>1.164.419</b>	1.057.887
Venda de produtos	<b>656.134</b>	534.974	<b>1.068.616</b>	804.818
Variação do valor justo nos ativos biológicos	<b>23.498</b>	128.898	<b>134.331</b>	209.606
Resultado com operações de <i>Hedge</i>	<b>(24.933)</b>	30.609	<b>(38.528)</b>	43.463
Deduções, impostos e contribuições	<b>(26.263)</b>	(37.384)	<b>(45.676)</b>	(52.247)
Receita operacional líquida	<b>628.436</b>	657.097	<b>1.118.743</b>	1.005.640

## 27 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Despesas por função</b>				
Custo dos produtos vendidos	<b>556.935</b>	413.618	<b>864.956</b>	641.363
Despesas com vendas	<b>42.248</b>	31.189	<b>67.849</b>	46.765
Despesas gerais e administrativas	<b>38.980</b>	50.679	<b>46.191</b>	62.536
Outras despesas operacionais	<b>2.786</b>	1.851	<b>5.691</b>	2.963
	<b>640.949</b>	497.337	<b>984.687</b>	753.627
<b>Despesas por natureza</b>				
Depreciação e amortização	<b>67.949</b>	45.513	<b>98.066</b>	68.995
Despesas com pessoal	<b>84.090</b>	69.661	<b>118.398</b>	108.109
Matéria prima e materiais	<b>386.137</b>	231.668	<b>544.339</b>	336.434
Variação ativo biológico CPV	<b>73.126</b>	102.653	<b>181.452</b>	175.503
Frete	<b>24.630</b>	19.718	<b>39.064</b>	27.661
Outras despesas	<b>5.017</b>	28.124	<b>3.368</b>	36.925
	<b>640.949</b>	497.337	<b>984.687</b>	753.627

## 28 Informações por segmento

O Grupo possui 2 (dois) segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes produtos e serviços, para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração analisa os relatórios internos ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Segmento de produção agrícola: cultivo, principalmente, das culturas de algodão, soja, milho, trigo e café.
- Segmento de portfólio de terras: aquisição e desenvolvimento de terras para a agricultura.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela Administração do Grupo. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a gerência acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados dos segmentos.

**Informações sobre segmentos reportáveis**

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Receita Líquida	1.118.743	1.005.640	54.052	25.035	(54.052)	(25.035)	1.118.743	1.005.640
Custos do Produtos	(861.476)	(635.976)	(3.480)	(5.387)	-	-	(864.956)	(641.363)
Resultado Bruto	257.267	369.664	50.572	19.648	(54.052)	(25.035)	253.787	364.277
Despesas / Receitas Operacionais	(107.958)	(107.052)	(708)	(345)	-	-	(108.666)	(107.397)
Despesas com Vendas	(67.849)	(46.765)	-	-	-	-	(67.849)	(46.765)
Despesas Gerais e Administrativas	(37.626)	(54.829)	(498)	(345)	-	-	(38.124)	(55.174)
Honorários da Administração	(8.067)	(7.362)	-	-	-	-	(8.067)	(7.362)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	5.584	1.904	(210)	-	-	-	5.374	1.904
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>149.309</b>	<b>262.612</b>	<b>49.864</b>	<b>19.303</b>	<b>(54.052)</b>	<b>(25.035)</b>	<b>145.121</b>	<b>256.880</b>
Resultado Financeiro Líquido	(30.064)	(16.074)	(42.526)	373	-	-	(72.590)	(15.701)
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>119.245</b>	<b>246.538</b>	<b>7.338</b>	<b>19.676</b>	<b>(54.052)</b>	<b>(25.035)</b>	<b>72.531</b>	<b>241.179</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(28.430)	(75.706)	(5.671)	(5.481)	-	-	(34.101)	(81.187)
<b>Lucro / Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>90.815</b>	<b>170.832</b>	<b>1.667</b>	<b>14.195</b>	<b>(54.052)</b>	<b>(25.035)</b>	<b>38.430</b>	<b>159.992</b>

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativos totais								
Terras	-	-	1.825.873	1.828.195	-	-	1.825.873	1.828.195
Ajuste Valor Justo Terras *	-	-	499.960	192.978	(499.960)	(192.978)	-	-
Outros Ativos	2.056.758	1.659.309	(167.000)	96.949	-	-	1.889.758	1.756.258
<b>Ativos Totais</b>	<b>2.056.758</b>	<b>1.659.309</b>	<b>2.158.833</b>	<b>2.118.122</b>	<b>(499.960)</b>	<b>(192.978)</b>	<b>3.715.631</b>	<b>3.584.453</b>
Passivos totais	1.999.558	1.836.377	1.716.073	1.748.076	-	-	3.715.631	3.584.453
Efeitos fiscais Valor Justo Terras	-	-	329.974	127.365	(329.974)	(127.365)	-	-
<b>Passivos totais</b>	<b>1.999.558</b>	<b>1.836.377</b>	<b>2.046.047</b>	<b>1.875.441</b>	<b>(329.974)</b>	<b>(127.365)</b>	<b>3.715.631</b>	<b>3.584.453</b>

\* A Companhia, anualmente, avalia as terras de sua propriedade, desta forma, os valores referentes ao ajuste ao valor justo de terras foram realizados com base nesta avaliação, apenas para fins de divulgação.

O Grupo comercializa seus produtos para o mercado interno e externo. Nas vendas para o mercado externo são consideradas as vendas realizadas diretamente, tendo o Grupo como operador, e de forma indireta, com venda para comerciais exportadoras sediadas no Brasil.

As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão assim representadas:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Mercado interno	<b>402.318</b>	599.632
Venda de produtos	<b>306.515</b>	346.563
Variação do valor justo nos ativos biológicos	<b>134.331</b>	209.606
Resultado com operações de Hedge	<b>(38.528)</b>	43.463
Mercado externo	<b>762.101</b>	458.255
Venda de produtos - exportação indireta	<b>242.790</b>	183.705
Venda de produtos - exportação direta	<b>519.311</b>	274.550
Receita operacional bruta	<b>1.164.419</b>	<b>1.057.887</b>

As informações de vendas brutas de produtos, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita e podem ser assim apresentadas:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Ásia	511.046	269.076
América Latina	4.276	1.521
Europa	2.431	2.578
América Central	1.219	-
África	339	1.375
	<b>519.311</b>	274.550

A Companhia possui o cliente Cargill Agrícola S.A. como cliente responsável por mais de 10% da receita líquida. O montante da receita proveniente do cliente Cargill Agrícola S.A. é de R\$250.614 mil, correspondendo a vendas de soja e algodão.

## **29 Evento subsequente**

A Companhia iniciou o cultivo da cultura de cana-de-açúcar na Fazenda Planalto pretendendo atingir uma área total de 470 hectares, sendo área inicial cultivada de 80,9 hectares na safra 2012/13. A comercialização de 61 mil toneladas de cana-de-açúcar em 2014 terá contrato de venda firmado com a Odebrecht Agroindustrial.

Visando ampliar a área de cultivo de culturas, a Companhia celebrará Memorando de Entendimentos não vinculativo com a Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A. ("Dois Vales"), com a intenção de constituir uma joint venture para desenvolver conjuntamente as atividades de produção e comercialização de commodities agrícolas no Estado do Mato Grosso. A transação será submetida à apreciação do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, por meio do rito sumário. A efetivação da transação está sujeita à realização de estudos técnicos, jurídicos e financeiros, à negociação satisfatória dos documentos definitivos e ao cumprimento das formalidades legais e regulatórias aplicáveis.